



Investigação Científica,  
Acadêmica e profissional

v. 15 n. 2 outubro/dezembro 2023

www.editorahawking.com.br



Revista Científica

**IMENSÃO**

 **hawking**  
EDITORA

Revista Dimensão  
v.15 n.2 outubro/dezembro 2023

Maceió - AL  
2023



**EDITORIAL:** Betijane Soares de Barros  
**REVISÃO ORTOGRÁFICA:** Autores  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira da Silva  
**DESIGNER DE CAPA:** Editora Hawking  
**IMAGENS DE CAPA:** <http://pixabay.comptillustrationsabstract-padronizar-textura-cor-8396095m>

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

#### **NOTAS DO EDITOR**

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escanei o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão digital.

---

Revista Dimensão / Editora Hawking  
- Vol 15, n.2 (2023) – Maceió – AL: Editora  
Hawking, 2023 – Trimestral

ISSN 2675-5238

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

---

**Editora Hawking**  
**2023**

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780  
Disponível em: [www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br) [editorahawking@gmail.com](mailto:editorahawking@gmail.com)

## DIREÇÃO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup> Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Alagoas

– IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

## CONSELHO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup>. Adriana de Lima Mendonça**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

### **Dr. Anderson de Alencar Menezes**

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP,

1998) Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo)

(UNISAL, 2002) Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009) <http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

### **Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli**

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC,

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO,

2019) Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016) Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva**

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)  
Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió  
(CESMAC, 2015) Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas  
(UFAL, 2010) Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco  
(UFPE, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadoli**

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM,  
1996) Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)  
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
(UNESP, 2004) <http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Jamyle Nunes de Souza Ferro**

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL,  
2009) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas  
(UFAL, 2012)  
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas  
(UFAL, 2016) Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco  
(UFPE, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL,  
2011) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas  
(UFAL, 2014)  
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de  
Janeiro (UFRJ, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr. Patrocínio Solon Freire**

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco  
(UNICAP, 2000) Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia  
Salesiana (UPS- Itália, 2004) Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP, 2004) Especialista em Gestão  
Educativa pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006) Mestre em  
Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009) Doutor em  
Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)  
<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL,  
2006) Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL,  
2010) Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde  
(FPS, 2014) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de  
Alagoas (UFAL, 2010)  
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)  
<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>



## **AVALIADORES DESTE NÚMERO**

**Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr<sup>a</sup>. Lucy Vieira da Silva Lima**

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

## EDITORIAL

---

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

---

Betijane Soares de Barros

## SUMÁRIO

---

<b>IMPORTÂNCIA DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA FORA DA SALA</b>	
Deysiane dos Santos Rodrigues	
Lara Fábila Vieira Santos	
Alex Chagas da Rosa	
Vívia Pereira de Moraes Santos	
Jonas dos Santos Lima.....	01
<b>NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: COM ENFOQUE NAS REALIDADES DE DISLEXIA E DO TDAH.</b>	
Heloiza Maria de Castro Gomes	
Yasmim Luiza dos Santos	
Alex das Chagas Rosa	
Vívia Pereira de Moraes Santos	
Jonas dos Santos Lima.....	18
<b>IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO METAVERSO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b>	
Anderson Ricardo Barros Silva	33
Cleidejane Soares de Barros.....	
<b>OS DIREITOS DAS PPNES E A GESTÃO ESCOLAR</b>	
Poliana Paulino da Silva	
Juliana Nobre Nobrega	
Luciane Victorino Barbosa	
Eliete dos Santos Silva	
Cleidejane Soares de Barros	
Alecy Melo dos Santos.....	53
<b>PPNE E SEU DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL</b>	
Poliana Paulino da Silva	
Ivanete Maria da Silva Alves	
Vivian de Sousa Oliveira	
Carla Waleska Gomes de Araujo	
Joselito Araújo Silva	
Cleidejane Soares de Barros.....	68





Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## IMPORTÂNCIA DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA FORA DA SALA

*Deysiane dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>*  
*Lara Fábila Vieira Santos<sup>2</sup>*  
*Alex Chagas da Rosa<sup>3</sup>*  
*Vívia Pereira de Moraes Santos<sup>4</sup>*  
*Jonas dos Santos Lima<sup>5</sup>*

### RESUMO

O presente artigo teve a finalidade de evidenciar a dedução dos jogos e brincadeiras durante a infância em espaços não escolares, visto que, toda atividade lúdica direcionada deve proporcionar às crianças o seu desenvolvimento integral, isto é, estimular as habilidades cognitivas, físicas, mentais e a socialização pertencente à primeira infância. A partir disso, neste trabalho estabelece-se contribuições acerca do conceito da pedagogia fora da sala, substanciando que as práticas lúdicas fora do espaço escolar também exercem crucialmente um crescimento decidido, ao qual, influencia diretamente na aprendizagem, no convívio e na interação social dentro do ambiente escolar, uma vez que será aquecido a criatividade, a imaginação, a comunicação, resolução de conflitos, a empatia e a socialização. Em seguida, busca-se desconstruir uma abordagem existente no meio social sobre a convicção que o brincar fora da sala de aula não contribui significativamente na construção do corpo humano em sua totalidade, nessa situação aqui mostra-se de forma ampla que os jogos e brincadeiras conciliam a diversão, lazer e o propósito dirigido para que na primeira infância a criança possa desenvolver-se através da exploração, estímulo e interação social e assim a formação humana seja caracterizada categoricamente. Comungamos que as atividades tradicionais não fazem parte do cotidiano das crianças através das mudanças no convívio social por conta da inserção das tecnologias digitais que reconfiguraram as formas de diversão e lazer, neste sentido as chamadas brincadeiras e jogos tradicionais acabaram sucumbindo ou mesmo, deixados de lado, as atividades coletivas deram espaços para processos individualizados. Desse modo, a pesquisa conceitua-se em cunho descritivo de abordagem qualitativa e de natureza básica. Ao final do estudo, espera-se que o leitor compreenda a importância de possibilitar através de jogos e brincadeiras uma autêntica formação humana.

**Palavras-chave:** Crianças; desenvolvimento; habilidades; espaços não escolares.

<sup>1</sup> E-mail: deysianesantos762@gmail.com

<sup>2</sup> E-mail: larafabiadeusefiel@gmail.com

<sup>3</sup> E-mail: alex.chagas10@gmail.com

<sup>4</sup> E-mail: prof.vivia@frm.edu.br

<sup>5</sup> E-mail: jonaslima183@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A infância é uma fase crucial no desenvolvimento humano, na qual as experiências vivenciadas pelas crianças favorecem gradativamente na formação de sua personalidade, habilidades e competências. Nesse contexto, os jogos e brincadeiras emergem como elementos-chave que contribuem significativamente para o crescimento e aprimoramento infantil em espaços não escolares, com o intuito de compreender a importância dessas atividades como instrumentos cruciais na construção do convívio social, na facilitação de novas aprendizagens.

Para alcance do objetivo geral, definimos como os processos pedagógicos ocorrem fora da sala de aula, buscamos caracterizar a prática dos jogos e brincadeiras em espaços não escolares, além de identificar os principais objetivos das atividades lúdicas no processo de conhecimento de expressividade e socialização da criança. Segundo Brandão (2004), a educação em suas possibilidades, “abrange todos os processos de formação do indivíduo”. Assim, é correto afirmar que os processos educativos fora da sala de aula também são uma fonte de conhecimentos e descobertas.

A preocupação crescente em relação à influência dos dispositivos eletrônicos na infância, que tem levado a uma redução do tempo dedicado a jogos e brincadeiras tradicionais. Diante desse cenário, a problemática central deste artigo é a seguinte: de que maneira o resgate e atração aos jogos e brincadeiras tradicionais em espaços educativos não formais podem ser uma abordagem eficaz para promover um crescimento saudável e equilibrado nas crianças? A inserção das tecnologias digitais reconfigurou as formas de diversão e lazer, afetando as atividades coletivas e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral das crianças.

Comungamos que as atividades tradicionais não fazem parte do cotidiano das crianças por conta das mudanças no convívio social devido à inserção das tecnologias digitais que reconfiguraram as formas de diversão e lazer, neste sentido as chamadas brincadeiras e jogos tradicionais acabaram sucumbindo ou mesmo, deixados de lado, ou seja, atividades coletivas deram espaços para processos individualizados.

Destarte, o trabalho em tela justifica-se por resgatar a prática de jogos e brincadeiras que exercem um compromisso primordial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, influenciando absolutamente as

habilidades, diante da resolução de problemas, criatividade, interação social e autocontrole. Neste contexto, ressaltamos a importância dos espaços não escolares, os jogos e brincadeiras possibilitam às crianças a construção do seu próprio conhecimento, pois oferecem condições de vivenciar situações-problemas, a partir do desenvolvimento de jogos planejados e livres que permitam à criança uma vivência [...] (Cotonhoto, Rossetti, Missawa; 2019).

Segundo os autores acima, destacam de forma significativa a atribuição dos jogos e brincadeiras no processo de construção e apreensão do conhecimento das crianças. Esta reflexão ressalta a importância de proporcionar às crianças oportunidades para se envolverem em atividades lúdicas, tanto planejadas quanto livres. Pois, entendemos que a educação não se limita apenas ao ambiente escolar formal, ela ocorre em toda parte, ao longo da vida da criança, enriquecendo sua experiência e preparando-a para enfrentar o mundo de maneira mais completa e equilibrada.

## 2 PEDAGOGIA FORA DA SALA

As ações pedagógicas fora da sala de aula envolvem desafios, atividades em equipe, estratégias, planejamento, formação pessoal e profissional, orientação, com o

olhar voltado às transformações de cada indivíduo. O debate sobre as práticas educativas fora da escola não implica deslegitimar a função social da escolarização, mas reconhecer que a essa função se atrelam objetivos e possibilidades em um marco histórico e cultural específico. A escola não é a única instituição responsável pela formação humana, visto que as possibilidades de ensinar e aprender que estão na base das dinâmicas sociais contemporâneas residem na articulação integradora de experiências formativas que se dão em diversos tempos e espaços sociais (Pimenta; Severo, 2021).

Neste aspecto, o fazer pedagógico não formal trata das ações desenvolvidas em Organizações Não Governamentais (ONG 's); unidades hospitalares, brinquedotecas; centros de acolhimentos para menores em situação de vulnerabilidade; associações de classe; clubes recreativos, entre outros espaços.

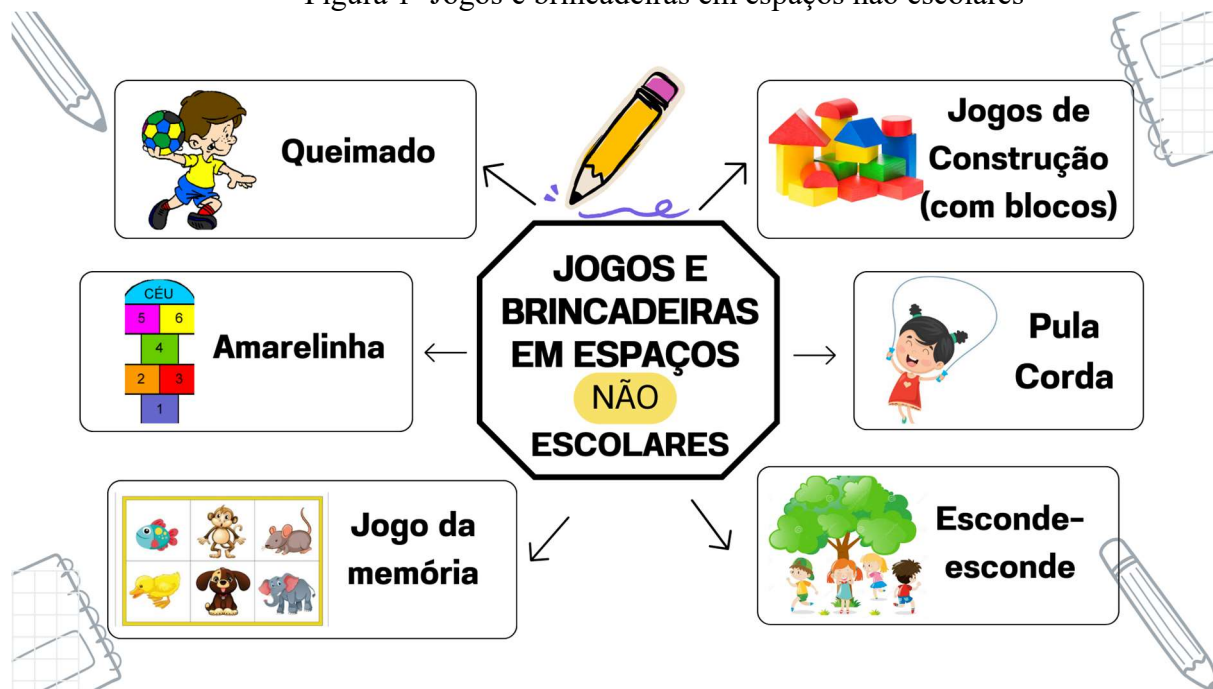
A pedagogia fora da sala de aula no desenvolvimento infantil enfatiza a importância do aprendizado experiencial, da exploração ativa e da educação integral. Ela reconhece que o avanço das crianças é influenciado por uma ampla variedade de experiências e interações em diferentes ambientes. (Mota; Ferreira; Sirino, 2017) afirmam que uma educação que ocorre em

todos os espaços, tempos, grupos sociais e, ainda, com uma visão para além do desenvolvimento cognitivo e da instrução formativa. Portanto, a pedagogia fora da sala de aula é uma parte indispensável da jornada educacional que nos leva além da simples instrução, para um compromisso com a formação integral de indivíduos capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Levando em consideração tais reflexões a figura 1 evidencia os jogos e brincadeiras em espaços não escolares que

ocorrem em ambientes, como em parques, centros recreativos, ou simplesmente no quintal de casa. Essas atividades lúdicas oferecidas de maneira planejada estimulam a criatividade, promovem a socialização e contribuem para o engrandecimento da capacidade física e cognitiva das crianças. Ressaltamos a transcendência de oferecer oportunidades para que as crianças explorem o mundo através do brincar, indo além dos limites da sala de aula tradicional.

Figura 1- Jogos e brincadeiras em espaços não escolares



Fonte: Esta pesquisa (2023).

## 2.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O ambiente em que a criança enriquece o seu desenvolvimento durante a primeira

infância, estímulos adequados, interações positivas e acesso à educação de qualidade são fundamentais para um crescimento saudável e ótimo, além disso, a brincadeira é uma parte

fundamental na primeira infância, pois permite que as crianças explorem o mundo ao seu redor, e através disso, desenvolvem habilidades físicas e cognitivas, e pratiquem interações sociais.

No entanto, (Papalia et al., 2006, p.197) afirma que o primeiro dos quatro estágios de desenvolvimento cognitivo é o estágio motor. Durante esse estágio (do nascimento até aproximadamente os 2 anos), dizia Piaget, os bebês aprendem sobre si mesmos e sobre seu ambiente. Nesta fase, a primeira infância as crianças aprendem bastante sobre o meio ao qual está inserida, devido aos estímulos e reflexos direcionados, que conseqüentemente abrange o seu desenvolvimento infantil de forma generalizada.

Segundo as autoras, (Trindade; Santos *et al.*, 2017, p. 5) de acordo com Piaget (2011), o primeiro subestágio é marcado pelos reflexos. Os reflexos são herdados e inatos, como sugar, pegar, olhar, etc. No segundo sub estágio acontecem os primeiros hábitos e a construção dos primeiros esquemas. Os reflexos vão se aperfeiçoando em esquemas. No terceiro a criança agarra tudo que está ao seu redor. Ocorre o início da coordenação dos esquemas. A criança que antes somente pegava e via de forma isolada, torna-se capaz de "pegar para ver". No quarto e quinto já se utiliza de meios para alcançar os fins, e no sexto e último é marcado pela fase final em que a criança sozinha consegue descobrir novos meios, por combinação interiorizada. O que marca o final desse último estágio é o surgimento da função simbólica, que é a capacidade de representação.

É imprescindível que as crianças passem por cada estágio do desenvolvimento infantil, pois cada fase possui um encargo na formação de sua personalidade, habilidades e capacidades. Desde os primeiros meses de vida, as interações com cuidadores e o ambiente ao redor representam segurança no amadurecimento emocional e social. À medida que as crianças crescem, cada estágio traz desafios e oportunidades únicas que ao passar por essas fases de maneira saudável e apoiada proporciona uma base sólida para o sucesso futuro.

## **2.2 CONCEITO DE JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.**

O brincar e os jogos possuem um compromisso nesse processo, uma vez que são ferramentas valiosas para promover o crescimento e o aprendizado das crianças. Diante o estudo de (Silva, 2022, p. 37-42) é através dos jogos e brincadeiras que a criança é desafiada a desenvolver sua criatividade, o lúdico desperta a vontade de aprender ela é inserida na cultura e na sociedade e através das regras, aprende a viver em grupo. O brincar de faz de conta, o jogo de símbolo, é muito importante para a primeira infância, através desses jogos as crianças vão se apropriando da realidade.

O brincar de faz de conta e o jogo simbólico são meios pelos quais as crianças

exploram o mundo ao seu redor e começam a compreender as complexidades da vida real, desde papéis sociais até questões emocionais (Gohn, 2006).

Consequentemente, reconhecer e incentivar essas atividades na primeira infância é fundamental para um crescimento saudável e equilibrado, preparando as crianças para desafios futuros e para se tornarem membros ativos e adaptáveis em nossa sociedade.

### 2.2.1 CONCEITOS DE JOGOS

Jogo (do latim: "jocus", que significa brincadeira, divertimento), pode ser definido como uma atividade ou forma de entretenimento que envolve regras, competição ou cooperação entre participantes, e que geralmente possui um objetivo definido, como diversão, aprendizado, ampliação de habilidades ou conquista de um resultado específico.

Para (Kishimoto, 1997, p. 13) tentar definir que o jogo não é tarefa fácil. Quando se pronuncia a palavra jogo cada um pode entendê-la de modo diferente. Pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, crianças, animais ou amarelinha, xadrez, ... Por exemplo, no faz-de-conta, há forte presença da situação imaginária; no jogo de xadrez, regras padronizadas permitem a movimentação das peças.

De fato, o jogo é uma palavra que abrange uma ampla gama de atividades e contextos, desde jogos políticos até brincadeiras infantis. Existe uma diversidade de interpretações que podem surgir ao mencionar essa palavra, diferenciando-se a imaginação, criatividade e regras que acabam tornando-o um campo de estudo fascinante e multidisciplinar.

### 2.2.2 JOGOS TRADICIONAIS

Os jogos tradicionais são compreendidos como atividades recreativas de grande relevância para a criança estas práticas lúdicas, enraizadas na herança cultural, oferece às crianças oportunidades significativas para brincar, existem alguns jogos e brincadeiras que ajudam a criança a criar laços sociais como: jogos de tabuleiros, pular cordas como outros jogos tradicionais. O brincar social permite à criança adquirir habilidades para conviver em sociedades (OMO, 2021) estes contribuem para o crescimento cognitivo, social, emocional e físico.

A brincadeira tradicional é relacionada com as atividades desenvolvidas pela criança, tais como o movimentar, cantar, correr, dançar, atuar e brincar. Iniciando o seu nascimento nas culturas do público infantil que irá se passando posteriormente (Andrade *et al.*,



2021, p. 207). Desta forma os jogos tradicionais podem ser utilizados como instrumentos valiosos para estimular o desenvolvimento infantil, promovendo habilidades como resolução de problemas,

cooperação, criatividade e sensoriomotor. Conforme a Tabela 1, exploramos os benefícios práticos dos jogos tradicionais frente a realidade em espaços não escolares.

Tabela 1 - Jogos tradicionais

<b>JOGOS TRADICIONAIS</b>	<b>EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS PRÁTICOS</b>
Queimado	A criança aprimora sua coordenação ao desviar das bolas e aprende a trabalhar em equipe ao colaborar com os colegas na estratégia de jogo.
Pula Corda	Pular corda exige equilíbrio e coordenação, além de melhorar a resistência cardiovascular. As crianças também aprendem a se comunicar para evitar tropeçar na corda.
Esconde-Esconde	As crianças aprimoram seu raciocínio espacial ao escolher locais de esconderijo e desenvolvem habilidades criativas ao pensar em estratégias para evitar serem encontradas.
Amarelinha	Pular nas casas da amarelinha exige equilíbrio e coordenação. As crianças também aprendem a contar e seguir sequências numeradas.
Jogo da Memória	O jogo da memória requer que as crianças memorizem a localização das cartas e encontrem pares, o que desenvolve a memória e o reconhecimento de padrões.
Pega-Pega	Correr desviar dos outros jogadores aprimora a agilidade e a coordenação. Trabalhar em equipe para pegar os outros jogadores pode promover a colaboração e a participação.
Jogos de Construção (com blocos)	As crianças podem criar estruturas diversas, o que desenvolve a criatividade, a resolução de problemas e a coordenação motora ao empilhar blocos.
Faz de conta	Ele envolve a criação de situações imaginárias e a interpretação de papéis, permitindo que as crianças experimentem o mundo e aprendam de maneira lúdica.

Fonte: Autoria Própria, 2023.

### 2.2.3 BRINCADEIRAS

A brincadeira é uma atividade fundamental, pois envolve interação, exploração e aprendizado de maneira lúdica

e divertida. Ela pode ser definida como um conjunto de ações voluntárias, espontâneas e criativas em que as crianças participam de maneira ativa, sem um propósito imediato



ou objetivo específico além da própria diversão. Durante as brincadeiras, as crianças podem explorar o mundo ao seu redor, experimentar papéis sociais, desenvolver capacidades físicas, cognitivas e emocionais, bem como aprender a resolver problemas e lidar com desafios. “O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação” (BRASIL, 1998, p. 22).

As brincadeiras na infância tornaram-se um veículo fundamental para o amadurecimento infantil, pois, brincar não é apenas diversão, mas uma parte imprescindível do processo de crescimento e aprendizado da criança contribuindo para sua evolução.

### **2.3 NOVAS GERAÇÕES E O RESGATE DE JOGOS E BRINCADEIRAS TRADICIONAIS**

O avanço da tecnologia e a rápida evolução da sociedade têm impactado profundamente a forma como as crianças e jovens passam seu tempo de lazer. Atividades que eram uma parte essencial da infância de gerações passadas, como brincadeiras tradicionais ao ar livre, têm gradualmente cedendo espaço para dispositivos eletrônicos, videogames e redes sociais, as brincadeiras vêm sendo

modificadas devido a tecnologia, estando cada vez mais presente dentro de casa, as crianças acabam sendo fortemente influenciadas pela mídia, através de propagandas na televisão e internet, com novos tipos de brinquedos.

A evolução tecnológica tem contribuído para um afastamento das brincadeiras ao ar livre, Rodrigues; Abraão (2018). Isso tem resultado na reclusão das crianças em um mundo virtual, privando-as da riqueza das experiências proporcionadas pelo brincar no mundo real. Essas brincadeiras historicamente serviram como uma plataforma para a construção de amizades, socialização, cooperação e a troca de experiências. Além disso, essas brincadeiras permitiam às crianças lidar com uma variedade de situações, tanto positivas quanto desafiadoras, e estimulavam a imaginação de maneira lúdica.

Isso destaca a necessidade de promover um equilíbrio entre o entretenimento e atividades mais instrutivas para garantir o desenvolvimento saudável. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2019), preconiza que a exposição à tela não é indicada para crianças menores de 2 anos de idade, e para crianças entre 2 e 5 anos, o tempo de tela deve ser limitado a 1 hora por dia, com acompanhamento dos cuidadores

desta forma o progresso tecnológico está redesenhando a forma como as crianças encontram diversão e interação com o ambiente que as cerca.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que estamos vivendo o encurtamento da infância, que na visão de Desmurget (2022 p. 25): “As práticas das jovens gerações se articulam prioritariamente em torno de atividades recreativas, que são básicas e pouco instrutivas: programas de televisão, filmes, séries, redes sociais, videogames, sites comerciais, clipes musicais, vídeos diversos”. Pois na era atual, as formas de entretenimento se restringem frequentemente à posse de dispositivos eletrônicos, como tablets, smartphones, computadores e consoles de videogame de última geração.

Diante do estudo de (PRIVATELE,2006) "as crianças do período moderno não expressam publicamente seus sentimentos, aflições e desejos por meio do mundo real, com isso, isolam-se dentro de seus domicílios, já que, a tecnologia satisfaz suas necessidades. Entretanto, o pedagogo deve ter a sensibilidade de enxergar claramente o seu propósito nesse processo, e de acordo com Goulart (2010, p. 25), “É preciso que o pesquisador dispa-se de sua adultez para entender as falas, as interações, as reações

da criança, ou seja, sair de si mesmo, para ir ao encontro do outro, da criança.”

Embora os dispositivos eletrônicos tenham seu devido espaço, é fundamental reconhecer que as brincadeiras tradicionais cumprem um papel na fomentação da sociabilidade, no estímulo à criatividade e no avanço de habilidades interpessoais e que assumem um papel fundamental na vida da criança. Como destaca Alves (1994, p.58) quanto mais ricos forem estes universos, maiores serão os voos da borboleta, maior será o fascínio, maior será o número de melodias que saberá tocar, maior será a possibilidade de amar, maior será a felicidade. Desse modo, entendemos que um ambiente enriquecedor de direcionamentos possibilita que as crianças se tornem protagonistas de seus próprios caminhos.

## 2.4 ATIVIDADES LÚDICAS

As atividades recreativas têm um impacto significativo, indo muito além do entretenimento. Elas são um veículo para alcançar diversos objetivos relacionados ao conhecimento, expressividade e socialização das crianças. Ao envolver as crianças em brincadeiras e jogos, podemos estimular sua curiosidade, criatividade e habilidades sociais, fornecendo uma base sólida para o crescimento e o aprendizado

ao longo da vida.

No contexto do desenvolvimento infantil e das atividades lúdicas, é crucial lembrar que as crianças não são apenas receptáculos a serem preenchidos com conhecimento, mas como seres curiosos, criativos e em constante crescimento. Como ALVES (1994, p. 51-52) destacou, "O normal é ver as crianças como aquelas que precisam ser ensinadas, seres inacabados que, à semelhança do Pinóquio, só se tornam pessoas de carne e osso depois de serem submetidas às nossas artimanhas pedagógicas". Portanto, ao criar um ambiente de aprendizado lúdico, estamos possibilitando o florescimento natural das capacidades e curiosidades das crianças, ao invés de simplesmente impor um modelo rígido de educação.

Com base nisso, aqui estão os principais objetivos que as atividades lúdicas proporcionam no desenvolvimento integral da criança:

#### **2.4.1 ESTIMULA CRIATIVIDADE E A IMAGINAÇÃO**

As atividades lúdicas incentivam a criança a usar sua imaginação, explorar novas ideias e criar mundos fictícios. Isso é indispensável para o desenvolvimento da criatividade e da expressividade, visto que o brincar cotidianamente de diversas formas

em diferentes espaços e tempos com diferentes parceiros, crianças e adultos, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, suas criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2017, p.36).

Ao brincar cotidianamente de diversas formas, as crianças têm a chance de expandir e diversificar seu acesso a produções culturais, conhecimentos, imaginação, criatividade contribuindo para um desenvolvimento mais rico e abrangente, capacitando as crianças a compreender o mundo ao seu redor de maneiras diferentes, além de promover habilidades essenciais para a vida adulta, como a capacidade de adaptação, a resolução de problemas e a empatia, e que somente a pedagogia fora da sala permite educar em diferentes ambientes e com diversos parceiros, incluindo adultos e outras crianças.

#### **2.4.2 APRIMORA A COMUNICAÇÃO**

Brincadeiras que envolvem diálogo, representação de papéis e dramatização ajudam as crianças a aprimorar suas habilidades de comunicação verbal e não verbal. Elas aprendem a expressar suas ideias, pensamentos e sentimentos de

maneira mais eficaz. Para Vygotsky (1991, p.119) "O lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o avanço da linguagem, do pensamento e da concentração."

O lúdico desempenha um papel essencial, pois o jogo é uma ferramenta fundamental para o aprendizado e crescimento da criança. Durante o jogo, a criança explora, experimenta e interage com o mundo ao seu redor, estimulando sua curiosidade e criatividade, promovendo o crescimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas, que o prepara para desafios futuros.

#### **2.4.3 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Os jogos e brincadeiras frequentemente envolvem desafios e competições, o que oferece oportunidades para as crianças aprenderem a resolver conflitos de forma pacífica e justa. "A criança que brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso de recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brincar, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar" (Freire, 1992, p.39).

O autor ressalta a importância da liberdade e autonomia da criança durante o brincar, permitindo que ela utilize seus recursos cognitivos de forma livre para resolver os desafios apresentados pelo brincar. Ao fazer isso, a criança não apenas se diverte, mas também desenvolve habilidades fundamentais para sua aprendizagem futura, incluindo o pensamento lógico necessário para ler, escrever e contar. O contexto enfatiza que restringir essa liberdade é prejudicial, pois priva a criança do direito de ser feliz e de aproveitar a essência da infância, que é o brincar criativo e exploratório.

#### **2.4.4 PROMOÇÃO DA EMPATIA E DA SOCIALIZAÇÃO**

As atividades lúdicas permitem que as crianças interajam e construam amizades, ao interagir com os outros durante as atividades lúdicas, desenvolvendo a capacidade de entender e compartilhar os sentimentos dos outros, o que é necessário para a construção de relacionamentos saudáveis, promovendo assim sua socialização. Isso é essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de um senso de pertencimento.

Dessa forma, o brincar tem um papel significativo na interação entre crianças e

crianças, crianças e adultos, pois, por meio da brincadeira, diversas formas de comportamento são experimentadas e socializadas (Caldeira; Oliver, 2007). Da mesma forma a Base Nacional Comum Curricular assegura que [...] as crianças aprendem em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambiente que as convidem a vivenciar desafios e sentirem-se provocados a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (Brasil, 2018, p.35).

As crianças aprendem de maneira mais eficaz quando são desafiadas e provocadas a resolver problemas, em um ambiente que as estimula a participar ativamente. Ao enfrentar desafios, as crianças desenvolvem habilidades de pensamento crítico e criatividade, o que é indispensável para a construção de significados sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo ao seu redor.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa conceitua-se em cunho descritivo de abordagem qualitativa, Cesário *et al.*, (2020); Marconi; Lakatos (2022); Soares (2019), sendo considerada como aquela que não pode ser medida, pois não há uma quantidade, uma vez que este tipo de pesquisa se manifesta mais pela

criação de conceitos, que são baseados em opiniões e ideias, não em números, e também a partir da interpretação a qual se tem do problema estudado. Concomitante ao exposto, a pesquisa descritiva ocupa o nível de criminalidade de determinada comunidade, do atendimento dos serviços públicos de saúde, segurança, direitos humanos e pesquisas sobre preferência política.

Quanto a natureza desta pesquisa denomina-se básica visto que busca novos conhecimentos para o avanço da ciência (Souza *et al.*, 2023). Desta forma, utilizando como objeto de pesquisa a pesquisa bibliográfica com procedimentos para coleta de informações, envolvendo a busca e seleção de fontes acadêmicas relevantes. Para Gil (2022, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, incluindo estudos relacionados, que contribuam para uma compreensão mais profunda desse contexto.

O método dedutivo foi aplicado na análise crítica dessas fontes, que para (Marconi e Lakatos 2022, p. 54) baseia-se na generalização dos princípios verdadeiros

e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. Desta forma foi possível a dedução de conceitos que contribuem para a compreensão da importância dos jogos e brincadeiras na infância.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destarte, observa-se a presença da conceituação dos processos pedagógicos fora da sala de aula, assim como a caracterização da prática dos jogos e brincadeiras em espaços não escolares mediante a percepção de sua contribuição para o desenvolvimento da formação discente dentro e fora do âmbito escolar.

Os resultados dessa atividade são uma demonstração clara de que o jogo é uma ferramenta valiosa na formação integral das crianças independente dos espaços de formação, influenciando positivamente suas vidas. E que os processos pedagógicos em espaços não escolares são fundamentais para enriquecer a educação e oferecer oportunidades de aprendizado fora do ambiente tradicional de sala de aula. Além disso, os processos pedagógicos permitem que os participantes assumam o controle de seu próprio aprendizado, ou seja, como protagonistas, desenvolvem habilidades críticas e

criativas, e que aplicam o conhecimento de maneira significativa em situações do mundo real. Essa perspectiva inovadora contribui para uma educação holística, flexível e alinhada com as necessidades e interesses individuais dos aprendizes.

#### 4.1 PROCESSOS PEDAGÓGICOS E JOGOS E BRINCADEIRAS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

A integração de processos pedagógicos e jogos em espaços não escolares é uma abordagem educacional que busca criar experiências de aprendizagem significativas e envolventes em contextos fora do ambiente tradicional de sala de aula. Isso pode incluir espaços como museus, parques, centros de ciência, bibliotecas, espaços comunitários e muito mais.

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual e uma necessidade na Pedagogia Social (Gohn, 2006). A ideia central é aproveitar o potencial educativo dos jogos. Esta abordagem permite que os participantes alcancem objetivos de aprendizagem de

maneira eficaz, envolvente e contextualizada, promovendo a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma lúdica e motivadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma reflexão crítica, o presente trabalho buscou demonstrar a importância dos jogos e brincadeiras na infância como uma forma eficaz de pedagogia fora da sala de aula. Ao longo do estudo, evidenciamos como essas atividades contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, promovendo aprendizado de forma lúdica e prazerosa. Posto isso, ressaltamos que a pedagogia fora da sala não se limita à escola, mas também se estende ao ambiente familiar e comunitário, reforçando a necessidade de incentivar a prática de jogos e brincadeiras como ferramentas educacionais essenciais.

Além disso, aprendemos que a pedagogia fora da sala de aula, baseada em atividades lúdicas, proporciona oportunidades para um aprendizado mais significativo e prazeroso, incentivando o engajamento ativo das crianças no processo de educação. No entanto, para aprimorar ainda mais nossa compreensão e a aplicação dessas práticas, é essencial direcionar

futuras pesquisas em direções específicas, uma área de pesquisa significativa é investigar o impacto de atividades recreativas em diferentes faixas etárias, adaptando as atividades às necessidades específicas de cada grupo.

Ademais, à medida que a tecnologia exerce cada vez mais proeminência na vida das crianças, é importante explorar como os jogos digitais e a tecnologia podem ser integrados de forma eficaz na pedagogia fora da sala de aula, sem prejudicar os aspectos sociais e lúdicos da aprendizagem. Avaliar programas educativos que incorporam jogos e brincadeiras como elementos centrais é outra linha de pesquisa vital para entender melhor a eficácia dessas abordagens no desempenho acadêmico e nas habilidades sociais das crianças. Assim, ao direcionar pesquisas futuras para essas áreas específicas, podemos aprofundar nossa compreensão sobre como jogos e brincadeiras podem ser efetivamente, melhorando o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Em síntese, as dinâmicas em espaços não escolares oferecem uma oportunidade ímpar e valiosa em prol de um desenvolvimento múltiplo das práticas educativas na infância. Ao reconhecer e incorporar essas práticas de forma mais ampla, pode-se contribuir para o



desenvolvimento integral das crianças e prepará-las para um futuro mais brilhante e promissor. Portanto, a integração efetiva dessas atividades no processo educativo promove o crescimento global das crianças enquanto cidadãs, preparando-as para um futuro mais saudável, criativo e bem-sucedido.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3 ed. São Paulo: ARS Poética Editora, 1994.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. <Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília.
- CAMARGO, Maria Edina; ANEZ, Rodrigues Romelio Ciro. **Diretrizes sobre atividade física, comportamento sedentário e sono para crianças menores de 5 anos** anexo da web: perfis de evidências. <Disponível em file:///C:/Users/Jhone/Downloads/DiretrizsOMSKids.pdf>. Acesso em 25 set.2023.
- CERQUEIRA, Dayhane *et al.* **Educação Física na Infância: A importância das brincadeiras tradicionais como forma de aprendizagem no ambiente escolar**. Rev. Multidebates. Maranhão. v. 5, 2021. <Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/290/301>>. Acesso em: 24 set. 2023.
- COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. **A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica**. Constr. psicopedag. São Paulo. n.28., vol.27,2019. <Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542019000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005)>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: o perigo das telas para nossas crianças**. 1 ed. São Paulo: Ed. Vestígio, 2021. ISBN 9786586551525. <Disponível em: <https://www.osaberdigital.com.br/wp-content/uploads/2022/09/A-fabrica-de-cretinos-digitais-Michel-Desmurget.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. Porto Alegre: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. <Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Disponível em:  
[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn).  
Acesso em: 07 nov. 2023.

GOULART, Mariléia Mendes. **Escola e Infância: a voz da criança**. 154f. Dissertação/Mestrado em Educação-Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2010. <Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10042/1/Artigo%20Nilm%20-%20pronto.pdf>> Acesso em 04 nov. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. Ed 8ª. São Paulo: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. <Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>>. Acesso em: 16 out. 2023.

MOTA, Flavia Patricia; FERREIRA, Vianna Arthur; SIRINO, Bernardino Márcio. **CIEP como espaço de educação social: apontamentos sobre o Programa Especial de Educação (PEE)**. Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro. V.3, 2017. <Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riac/article/view/31714/22444>>. Acesso 03 de nov de 2023.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006. <Disponível em: [https://www.academia.edu/51009031/Desenvolvimento\\_Humano\\_8a\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_Diane\\_Papalia\\_e\\_Ruth\\_Feldman](https://www.academia.edu/51009031/Desenvolvimento_Humano_8a_Edi%C3%A7%C3%A3o_Diane_Papalia_e_Ruth_Feldman)>. Acesso em: 14 out. 2023.

PEREIRA DA SILVA, Marilene. **Jogos e Brincadeiras no Desenvolvimento infantil**. Revista Primeira Evolução, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 35, p. 37–42, 2022. <Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/356>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Pedagogia: teoria, formação, profissão**. Ed 1ª. São Paulo-SP: Cortez, 2021. *E-book*. ISBN 9786555552751. <Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555552751/>>. Acesso em: 16 out. 2023.

PREVITALE, Ana Paula. **A Importância do Brincar**. Campinas: UNICAMP, 2006. <Disponível em [file:///C:/Users/Jhone/Downloads/Previtale\\_AnaPaula\\_TCE.pdf](file:///C:/Users/Jhone/Downloads/Previtale_AnaPaula_TCE.pdf)> Acesso em 04 nov 2023.

RODRIGUES, Borges Daiane; ABRÃO, Kelber Ruhena. **Habilidades e Competências do Professor de Educação Física**. Revista Digital. Buenos Aires. v. 162, 2011. <Disponível em <https://www.efdeportes.com/efd162/competencias-do-professor-de-educacao-fisica.htm>> Acesso 04 nov. 2023.

SCHIRMANN, Keli Jeicy; MIRANDA, Guimarães Neiva. **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget.** VI Congresso Nacional de Educação. Paraíba.2019. <Disponível em [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA9\\_ID4743\\_27092019225225.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf)>. Acesso em: 02 nov 2023.

SOARES, Silmara de Jesus. **Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo.** Rev. Ciranda, Minas Gerais.n. 1., v. 3, 2020. <Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314/348>>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, Luana Santos *et al.* **Estresse: estudo entre supervisores de uma empresa atuante no ramo de call center em Montes Claro/ MG** Revista Estudos e Pesquisas em Administração. Minas Gerais.

v.7, n.1, 2023. <Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/14431/12273>>. Acesso em: 03 out 2023.

TRINDADE, Alves Kariny; SANTOS, Dourado Aparecida Taiane. **Atividades do conhecimento físico no estágio sensório motor.** Prática pedagógica e a formação docente: teoria e realidade. Goiás v.2, 2018. <Disponível em <https://www.anais.ueg.br/index.php/ciced/article/view/10513>>. Acesso em: 02 nov 2023.

VYGOTSKY, Lev.Semenovich. **Pensamento e Linguagem.** Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. São Paulo: 1991. <Disponível em <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

---

## NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: COM ENFOQUE NAS REALIDADES DE DISLEXIA E DO TDAH.

*Heloiza Maria de Castro Gomes<sup>1</sup>*  
*Yasmim Luiza dos Santos<sup>2</sup>*  
*Alex das Chagas Rosa<sup>3</sup>*  
*Vivia Pereira de Moraes Santos<sup>4</sup>*  
*Jonas dos Santos Lima<sup>5</sup>*

### RESUMO

A cada dia a neurodiversidade vem ganhando espaço para sua identificação, apesar de se falar muito, ainda existem muitos estigmas sobre os neurodivergentes. No ambiente escolar, é onde esses alunos que possuem transtornos de aprendizagem ou deficiência demonstram grau de dificuldades nas realizações escolares. O presente artigo, tem o intuito de reconhecer a integração da neurodiversidade, com ênfase nas condições de dislexia e do transtorno déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, pesquisar as necessidades individuais dos alunos neurodivergentes e analisar estratégias pedagógicas eficazes. A metodologia empregada neste trabalho tem o viés qualitativo embasada na pesquisa bibliográfica, apresentando-se conceitos de autores como: Soares (2019, 2020), César (2020), Hudson (2019), baseando-se em documentos como a Base Comum Curricular (2018), Classificação de Internacional de Doenças CID 11 (2022), além de sites como a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) e a Lei nº 14.254/2021. De acordo com o Diário Oficial da União.

**Palavras-Chave:** Aprendizagem; Dificuldade; Transtorno do neurodesenvolvimento.

---

<sup>1</sup> E-mail: Helocastro82@gmail.com

<sup>2</sup> E-mail: Yluizaa09@gmail.com

<sup>3</sup> E-mail: alex.chagas10@gmail.com

<sup>4</sup> E-mail: prof.vivia@frm.edu.br

<sup>5</sup> E-mail: jonaslima183@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A neurodiversidade é um fator muito presente na instituição escolar, e para que a aprendizagem aconteça, a escola deve ter profissionais preparados para acolher e compreender as necessidades de cada aluno e procurar solucionar ou amenizar todas as dificuldades presente nesse espaço de interação e inclusão. Conhecendo os fatores essenciais do desenvolvimento das crianças, elas se sobressaem da sua maneira e de acordo com o meio onde está inserida, toda sua produção de aprendizagem envolve grandes causas que são indispensáveis, além da presença de instituições que por sua postura e direcionamento ajudam a promover o desenvolvimento do estudante.

O presente artigo tem como objetivo promover a compreensão e a valorização da neurodiversidade no ambiente escolar, com especial olhar nas realidades da Dislexia e do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Para o alcance do objetivo geral é preciso compreender o TDAH, conceitos, diagnósticos, comportamentos e suas características, objetivando o reconhecimento das principais causas, para promover estudos e reflexões nas práticas profissionais e contribuir com a necessidade de conhecimento e formação para o profissional em pedagogia. Registros de casos de crianças com

históricos de possíveis dislexia e TDAH vem aumentando de forma significativa nos tempos atuais. Como lidar com a situação em sala de aula? E como usar e adaptar estratégias para ajudá-las?

A implementação de técnicas para aprimoramento do conhecimento no contexto escolar, carrega consigo um leque de possibilidades, especialmente no que concerne à educação inclusiva, todavia, há a necessidade de melhoria diária. É significativo o número de ações que necessitam ser tomadas no que se refere à aprendizagem, políticas públicas, formação de professores e apoio psíquico, econômico e social aos familiares em favor dos alunos. (Almeida, 2021).

De início, destaca-se a necessidade de reforço na base de formação dos educadores, nos cursos de licenciaturas, além da manutenção da formação continuada, uma vez que a relação da teoria e prática, precisa ter condições de trabalhar a individualidade dos alunos, em suas fragilidades e características positivas, sabendo como atuar sobre elas.

### 1.1 DISLEXIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A dislexia é um transtorno de aprendizagem que afeta principalmente a decodificação de palavras, a naturalidade, precisão, compreensão e rapidez da leitura. O aluno disléxico sente dificuldades com

fonemas, pode trocar letras e não conseguir juntar sílabas ou separar palavras.

É o transtorno de aprendizagem mais comum, que, de acordo com a Associação Brasileira de Dislexia, pode atingir até 17% da população. As repetições de palavras já conhecidas, dificuldades de leitura, timidez na leitura em voz alta e precisar da ajuda do dicionário ou professor para escrever determinadas palavras, são os sinais que o aluno pode estar demonstrando que é dislético.

No livro *Alfaetrar*, o letramento é colocado como “capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita” (Soares, 2020, p. 27). O que remete que a alfabetização e o letramento são um conjunto e um não funciona sem o outro.

A alfabetização é de extrema importância, ela vai além de codificar e decodificar palavras e preciso já está desenvolvida nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com os documentos que rege a Base Comum Curricular – BNCC (1018) O estudante do 2º ano precisa está familiarizado com a leitura e escrita, sendo assim, a ênfase da ação pedagógica para que os alunos já saibam ler e escrever até este período que é paramentado pela BNCC, que espera que ele já conheça.

O alfabeto e a mecânica da

escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (Brasil, 2018, p. 89-90)

O dislético, mesmo apresentando uma disfunção de leitura e escrita, tem muita potencialidade e pode desenvolver muitas habilidades, para que isso ocorra, o professor deve identificar suas maiores dificuldade e encontrar meios que explorem tais habilidades, que contribuam no desenvolvimento deste aluno, é preciso que o planejamento do professor esteja centrado na especificidade e necessidade individual que nele há, além disso é necessário que este aluno seja encorajado, os pais precisam assumir esse papel de extrema importância. Com o aparecimento dos sintomas, a criança não entende por que não aprende como seus colegas, e isso afeta significativamente sua autoestima. O dislético



processa o pensamento e a consciência fonológica de forma desorientada. Davi (2004, P. 43)

## **1.2 DIREITO DO ALUNO DISLÉXICO**

Em 30 de novembro de 2021 é sancionada a primeira lei federal que garante o direito de pessoas com dislexia à educação, a Lei nº 14.254/2021. De acordo com o Diário Oficial da União a Lei dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. (2021, P. 5)

Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissensorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.

Conforme acentua o professor Vicente Martins, a dislexia é a “incapacidade parcial de a criança ler compreendendo o que se lê, apesar da inteligência normal, audição ou visão normais e de serem oriundas de lares adequados, isto é, que não passem privação de

ordem doméstica ou cultural”. É importante que o dislético esteja inserido na sociedade, isto ocorre no momento que é desenvolvido no âmbito escolar, onde se dispõe do apoio pedagógico para o diagnóstico e contribuição no desenvolvimento de trabalhar outras habilidades que o aluno em específico venha ter, é necessário que o professor detenha do conhecimento sobre o assunto e seja capacitado para trabalhar de forma proveitosa.

## **1.3 ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

A inclusão do aluno dislético no âmbito escolar carece de implementações de estratégias que possam garantir que o dislético tenha igualdade no processo de aprendizagem e receba oportunidades que valorize suas habilidades como aluno. Como já foi visto anteriormente neste artigo, a dislexia não é uma doença. Na Classificação Internacional de Doenças (CID 11, 2022), o termo Dislexia não aparece diretamente, sendo nomeado como Transtorno de Desenvolvimento da Aprendizagem com prejuízo na leitura; a classificação traz que esse transtorno é percebido nos primeiros anos escolares e apresenta várias características. Pessoas portadoras têm dificuldades persistentes com as habilidades relacionadas à leitura, tanto na compreensão das palavras quanto na fluência, apresentando também prejuízos na escrita



(CID 11, 2022).

Neste sentido o diagnóstico deve ser montado por uma equipe multidisciplinar, com o apoio do professor, psicopedagogo e fonoaudiólogo. Para sanar quaisquer outras hipóteses que possam ser caracterizadas como deficiência, podendo assim focar no aprimoramento do desenvolvimento deste aluno, dando oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e se desenvolver de forma mais positiva em seu ambiente educacional. Desta maneira vejamos formas estratégicas para incluir o aluno com dislexia:

- **Capacitação e conscientização do professor:** Um dos passos mais importantes para a concretização do aprendizado do aluno com dislexia. É pertinente que a primeira suspeita se desenvolve na escola, onde o aluno apresentará dificuldades em acompanhar os demais colegas e os conteúdos. O professor precisa estar capacitado e inteirado sobre o que é o transtorno, identificar os sinais precoces e quais ações devem ser realizadas para explorar o desenvolvimento deste aluno com dislexia, ou seja, adaptando seus métodos de ensino, recorrendo a apoio de materiais multissensorial e trabalhando o visual, auditivo e tátil, podendo assim beneficiar o aluno disléxico.
- **Plano Educacional Individualizado (PEI):** É um documento elaborado pelo professor a partir de uma avaliação de um aluno com necessidade educacional específica.

Essa avaliação será feita pelo professor com a colaboração do NAPNE e da CSP para levantamento de necessidades, conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades de alunos com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação ou com dificuldades de aprendizagem. Para atender às necessidades individuais e específica de cada estudante com dislexia, pode ser incluídos serviços de terapia de linguagem, atendimento educacional especializado e tecnologia assistiva, a colaboração entre educadores, pais e profissionais da saúde é crucial para a efetivação de um plano eficaz.

- **Ambiente inclusivo e acolhedor:** É imprescindível promover um ambiente excepcional acolhedor, a partir do ensino fundamental, o aluno irá entender que possui um certo grau de dificuldades nos conteúdos escolares, por isso, as escolas devem incentivar projetos que instiguem os pais, funcionários e alunos a serem solidários e evitando quaisquer atitudes de capacitismo que venha ofender ou contribuir na baixa autoestima daquele aluno com dislexia. Essas ações devem ser promovidas através de uma cultura de respeito, encorajamento e projetos que possam desenvolver habilidades e novas formas de aprendizados que pode reduzir o estigma em torno do aluno disléxico e criar um ambiente totalmente inclusivo que o aluno possa se sentir valorizado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O QUE É TDAH?

O Déficit de Atenção e Hiperatividade, TDAH, é um transtorno do neurodesenvolvimento, por ser uma condição neurobiológica de forte influência genética e de acordo com a Associação Brasileira do TDAH, ocorre em até 5% das crianças no mundo. Essa condição implica no processo de aprendizagem pelo motivo da falta de concentração, hiperatividade e impulsividade do indivíduo. Causando transtorno no aprendizado no âmbito escolar já que a criança não consegue se concentrar além de tirar a atenção dos colegas, e causando também estresse familiar.

*“é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza majoritariamente por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.” (Associação Brasileira do Déficit de Atenção)*

Por ser um transtorno neurobiológico, ele está atrelado à composição química cerebral. Nesse caso, o lobo frontal do indivíduo não apresenta resposta adequada aos estímulos, por falta de comunicação dos neurotransmissores, como a dopamina e a noradrenalina, e por isso o cérebro do indivíduo com TDAH tem dificuldade em se sentir animado levando-o sempre a buscar

situações de adrenalina ou gratificação, podendo levar ao desinteresse acadêmico, trazendo riscos futuros em gerar dependência química e depressão.

Assim, o seu acompanhamento na escola deve ser inclusivo com tarefas adaptadas, com um acompanhante efetivo, assim como prevê a Lei 14.254/2021. para que atenda a necessidade desse aluno promovendo o aprendizado e amenizando o comportamento típico da sua condição.

## 2.2 OS TIPOS DE TDAH

Existe 3 tipos de TDAH: Impulsivo, desatento, causando a falta de atenção a detalhes simples ou os dois. Um indivíduo com TDAH impulsivo causa a desorganização, impulsividade nas decisões, perdem itens importantes, não conclui tarefas, tem impaciência, dificuldade de ficar parado, se sente desmotivado se não há estímulos o suficiente, enquanto o combinado é uma junção dos dois tipos com proporções diferentes a depender de cada criança, também é importante frisar que esses transtornos são frequentemente concomitantes: de acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Dislexia, apesar do TDAH não ser um transtorno de aprendizagem em si, ele tem muitas dificuldades em comum e afeta a vida escolar de forma semelhante, um aluno com Transtorno de Déficit de Atenção e

Hiperatividade perde o foco em leituras longas, já o disléxico perde o fio da leitura por misturar letras.

### **2.3 DIAGNÓSTICOS E CARACTERÍSTICAS**

O diagnóstico pode vir através da família por buscar acompanhamento de profissionais da saúde capacitados para diagnosticar o transtorno, além do tratamento a escola e a família são peças fundamentais no tratamento acolhendo e compreendendo o mundo da mesma forma que essa criança compreende, para então adaptá-lo para a sociedade.

Para o problema ser reconhecido na criança a escola faz parte nesse processo, para que por meio dos registros e esclarecimentos as crianças possam ter acompanhamento clínico e devido ao grau de sua necessidade, e até o uso de medicamentos para ajudar no processo de controle das crianças.

Entre as características da criança com TDAH, estão os desvios de atenção, muitas vezes em alguns momentos são confundidos como problemas auditivos, pois a criança passa a não ter atenção à palavra que é direcionada a ela, o que ocorre é que a criança com uma movimentação e velocidade de pensamentos ela pode pensar em outras coisas no mesmo tempo em que esteja sendo direcionada a palavra ela e por isso não

demonstra atenção ao que lhe é falado.

Muitas crianças desenvolvem características comuns e leves do transtorno e outras mais elevadas, os níveis baixos de catecolaminas resulta em uma série de fatores que atinge o comportamento da criança com desenvolvimento mais que frequente, as características servem como base para diagnosticar o distúrbio, e algumas correspondem mais que outras, a criança com TDAH ou DDA pode ou não ter hiperatividade mais uma das marcas mais pertinentes é a desatenção, que é percebida em todas as crianças com o transtorno.

Para que seja considerado o transtorno do TDH na criança, ela precisa passar por exames clínicos, psicológicos e neurológicos, onde muitas vezes é feito pouco caso em relação ao transtorno geralmente cometido pela escola e pela própria família da criança.

Os diagnósticos para o TDAH devem ter sempre o acompanhamento e registros da família e da escola para facilitar aos profissionais a descobrir o grau do transtorno e conseqüentemente adotarem os procedimentos relacionados ao seu melhor funcionamento para desenvolver as suas habilidades.

### **2.4 TRATAMENTO**

Quando a criança possui o acompanhamento necessário através de

terapias, medicação, acompanhamento médico, profissional psicopedagógico dentro e fora do âmbito escolar, as crianças com o transtorno podem superar suas dificuldades e apresentar o seu desenvolvimento.

Como os fatores do TDAH incluem aspectos de desenvolvimento, neurológicos e psicológicos devem ser estudados de acordo com todas as especificidades para melhores resultados e tratamento ideal, o acompanhamento da criança com TDAH quando iniciado cedo tem de desenvolver melhores resultados.

## **2.5 PAPEL DO EDUCADOR NO ÂMBITO ESCOLAR**

O professor precisa estar capacitado para lidar com situações adversas, levando em consideração que vai ter dias de altos e baixos, tendo em vista que algumas crianças precisam de medicação, então o professor precisa estar em sintonia com a família para entender certos comportamentos advindos do transtorno, adaptando o plano de aula para que se faça um ajuste nas atividades escolares. A Lei 14.254/2021. determina que o sistema de ensino deve capacitar os professores da Educação Básica para identificar de forma precoce os sinais dos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH.

Infelizmente a realidade da maioria das escolas o aluno não tem a assistência como

prevê a lei, isso é uma realidade que explicita a necessidade urgente de preparação continuada e a melhoria do acolhimento a esses alunos que por falta de assistência pode ter prejuízos significativo no desenvolvimento e aprendizagem.

Educandos com Dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território (Brasil, 2021).

Portanto, é um dever dos educadores acompanharem e ofertarem um direcionamento específico para a dificuldade do aluno, podendo até buscar orientações em outras áreas, de modo a tornar, cada dia mais, a educação mais inclusiva. A mesma lei também prevê o seguinte em seu artigo quinto: No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para

capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos (Brasil, 2021).

Sendo a escola o segundo espaço de atuação da criança depois da família a reconhecer os comportamentos e as características das crianças e também o espaço de socialização para elas, muitas vezes o professor não possui em sua formação a informação necessária sobre as causas e efeitos de doenças e problemas que são apresentados pelas crianças na educação das mesmas, isso deve mostrar uma necessidade em ampliar a sua formação e conhecimento sobre as causas dos transtornos e dificuldades e as necessidades das crianças.

Ter acesso à informação necessária deve ser um dos objetivos da educação, e não só para os gestores, coordenadores e professores, essas informações devem ser entendidas e esclarecidas a todos da rede educacional que trabalham na instituição de ensino, pois o tratamento da criança e o contato envolvem toda a escola, desde o seu chegar até o seu sair da escola, existem profissionais que passam pela vida da criança.

Nas salas de aula é necessário adaptações no ambiente, como deixar o aluno com TDAH sentar-se à frente e próximo ao professor, minimizar as distrações na sala de

aula, auxiliar a organização em pastas e cadernos com divisões e cores diferentes, limitar a quantidade de materiais sobre a mesa da criança.

Além disso, a comunicação também deve ser adaptada, fazendo-se necessário manter contato visual com a criança, deixar a criança confortável para participar verbalmente da aula, observar e conversar com o aluno sobre o que o ajuda ou o distrai, deixar claro para a criança quais as expectativas e as consequências de comportamentos na escola, demonstrar que está prestando atenção no bom desenvolvimento da criança, ter empatia, deixar claro sobre mudanças nas rotinas antecipadamente, fazer agenda para ajuda-los a lembrar as datas de entrega de trabalhos, se comunicar de forma diária ou semanal com os pais para relatar o comportamento da criança e se os trabalhos estão sendo feitos, conversar com outros professores para reforçar pontos positivos e o que é preocupante em relação à criança, deixar claro para a criança que a escola está ali para ajudá-la.

Mesmo com uma sala diversificada e dificuldades a toda parte a escola deve proporcionar acompanhamentos necessários para que não sobrecarregue o professor e trabalhe para sua melhor atuação, por isso que as salas com crianças portadoras de TDAH devem ser atendidas com profissionais e a permanência de um auxiliar para ajudar o

professor nos processos de desenvolvimento da turma. Na escola o transtorno acaba prejudicando no desempenho da criança na aprendizagem e nas relações interpessoais, fazendo com que a criança não desperte estímulo em aprender ou está no ambiente.

Além da formação continuada para os professores sobre as dificuldades em relação aos problemas diários, devem ter também informação, o porteiro, zelador, cozinheiro e entre outros profissionais, pois acabam rotulando a criança com palavras agressivas sem saber da sua condição. São casos comuns onde os professores rotulam os alunos diante das características comportamentais que apresentam isso dificulta uma grande parte no seu processo profissional, o qual a falta de conhecimento, não atingirá uma necessidade profissional que é da experiência.

Esse reconhecimento deve ser um fator muito importante para o professor que está diretamente ligado ao aluno junto com a família, suas necessidades devem ser compreendidas para ajudar o especialista a diagnosticar qual é realmente o problema da criança, sabendo que para que o professor tenha um básico conhecimento e a família, a criança entre os sinais acima citados devem compreender seis da lista, em dois ambientes que a criança frequenta ou faça parte, assegurando o melhor desenvolvimento para que ela se desenvolva da melhor maneira.

Isso remete ao fato de tudo está sendo descoberto com mais veracidade, e as produções para acompanhar essas falhas genéticas tem sido mais apropriada, mais também influi no processo de tratamento e atuação na instituição escolar, buscando assim promover melhorias no desenvolvimento dessas crianças, buscando uma profunda reflexão aos trabalhos mediados e metodologias utilizadas diante dessas e outras situações para trabalhar com crianças e atendê-las com competência e conhecimento.

No início da vida escolar da criança é possível perceber o seu comportamento e atividades motoras notáveis e excessivas, quanto a elas a dispersão, a concentração são problemas mais frequentes e características salientes na sua vida, o que difere das outras crianças, as crianças com TDAH possuem dificuldades de interação, socialização e o que esses problemas vem ocasionar é uma baixa autoestima e depressão e que pode afetar a vida dessa criança transformando assim em adultos com problemas de insegurança.

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade não surge no momento em que a criança entra na escola, mas são muitas vezes compreendidos e desenvolvidos quando começam frequentar a escola, mais desde o nascimento da criança ela já possui a dificuldade e os problemas apresentados por o TDAH, o que vem ao correr é que ao entrar no



ambiente escolar os profissionais de educação e até a família, em interação uma com a outra percebe a inatividade da criança, suas movimentações excessivas e que algumas perturbações correspondem de um modo diferente de outras crianças, e daí surge a necessidade de acompanhar minuciosamente o que ocorre com aquela criança, precisando além dessas ocorrências serem acompanhadas em outros espaços fora da escola.

Segundo o psiquiatra Ênio Roberto de Andrade, “a hiperatividade só fica evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender”. “O diagnóstico clínico deve ser feito com base no histórico da criança”. Por isso, a observação de pais e professores é fundamental (Andrade, p. 30, 2000).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho tem o viés qualitativo. É uma pesquisa que manifesta conceitos, que são baseados em opiniões e ideias, não em números, e também a partir da interpretação a qual se tem do problema estudado (Soares, 2019; Cesário *et al.*, 2020).

Tendo em vista que iremos abordar a temática da neurodivergência, sendo preciso que a pesquisa e o estudo sejam conduzidos através de diferentes caminhos. Quanto a natureza é básica e aplicada. Além do fato de

determinar um uso prático para as descobertas feitas pelas pesquisas puras. Tendo como forma de embasar o objeto de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, já que se baseiam em outros documentos, dissertações, artigos e revistas científicas.

Esta pesquisa terá como método o dedutivo, onde o estudante e pesquisador levanta ideias gerais sobre determinado tema para chegar a conclusões particulares sobre ele, de acordo com o interesse do estudo. Assim durante a investigação abordaremos premissas específicas e verdadeiras relacionadas ao TDAH e Dislexia para que possamos chegar em resultados também verdadeiros.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo da análise das nossas pesquisas, é evidente que o diagnóstico precoce é imprescindível para o acompanhamento e um bom desenvolvimento do aluno neurodivergente, contudo é preciso que os educadores sejam devidamente capacitados, pois em sua maioria o reconhecimento de sinais de transtornos é identificado em sala de aula, a partir das dificuldades de aprendizagem que o aluno apresenta. Sendo assim, é importante que além da identificação, a escola e professores proporcione um espaço totalmente adaptável para o pleno crescimento educacional desses



alunos. No que se sugere:

#### 4.1 COMO LIDAR COM A NEURODIVERSIDADE NA ESCOLA?

- Apresentando materiais de apoio sobre o tema para a comunidade escolar;
- Promovendo palestras com especialistas para tirar dúvidas de pais e professores;
- Incentivando aulas mais reflexivas a respeito da inclusão para os alunos;
- Oferecendo suporte psicopedagógico para pais e alunos interessados.

#### 4.2 COMO LIDAR COM A NEURODIVERSIDADE NA SALA DE AULA?

- Facilitar o entendimento desses alunos é de fundamental importância;
- Estímulos através de sua particularidade;
- Adaptações das aulas e conteúdos;
- Estímulos visuais, auditivos e cores;
- Cartões com palavras impressas além da letra cursiva;
- Inserir imagens, ícones, personagens e objetos na aula.

Diante disso, a realização desse trabalho de pesquisa, pode vir a contribuir com as gerações futuras para entender melhor, as necessidades e a importâncias de métodos para

trabalhar tal situação em sala, que são assegurados por lei, e defendidas por teóricos. Estamos em constante aprendizado, é importante basear-se para implementar na hora de educar, sempre visando uma forma segura e eficaz de alcançar o objetivo principal, o desenvolvimento de habilidades.

De acordo com a Organização Educação Nacional os Anos Iniciais do Ensino Fundamental têm por finalidade desenvolver o educando, é preciso que seja alfabetizado e letrado, assegurando-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir em estudos e trabalhos.

No Decreto do Congresso Nacional foi sancionada em 30 de setembro de 2022 a Lei nº 14.254. Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no **caput** deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde. Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de

proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental (Diário Oficial da União, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é de fundamental importância o olhar preciso de educador diante dos alunos neurodivergentes, a escola, o professor precisam estar capacitados a atender as necessidades específicas dos alunos neurodivergentes, a dislexia sendo um transtorno mais comum no ambiente escolar e na maioria das vezes não diagnosticado e tratado com o devido caso, pode prejudicar a capacidade de interagir e o gosto pelo estudo, pois o aluno não entenderá o porquê de não conseguir aprender da mesma forma que os colegas, assim como os colegas também não, dando ponto de partida para bullying, autodepreciação, baixa autoestima e insatisfação com a escola.

Atualmente já se fala mais sobre neurodivergentes, mas nem todas as escolas dispõem de um ambiente adequado que possam integrar o aluno com tal especificidade, o estudante que possui o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, não implica especificamente nas dificuldades de alfabetização e letramento, porém, na maioria das vezes não consegue se concentrar, raciocinar ou entender coisas básicas. É preciso estratégias para manter este aluno

atento as aulas e explicações. Mesmo cada transtorno possuindo características distintas, os métodos para lidar podem ser os mesmos, as atividades para os alunos TDAH e disléxico precisam ser claras.

A escola deve ser um ambiente totalmente seguro para alunos com estas especificidades e o professor precisa ser uma figura de segurança, assim como os pais precisam ser ferramentas de encorajamento. Para os educadores, um diagnóstico não pode servir como frustração para as impossibilidades, eles devem acreditar no potencial dos seus alunos, sendo movidos pelas possibilidades. Ser inclusivo, vai além de inserir, tem que explorar, acreditar, respeitar e não capacitar. Os alunos com estes transtornos específicos são extremamente criativos, com a imaginação fértil, que gostam de explorar o mundo e as coisas. Na vida, existem sempre dois caminhos, o neurodivergentes, sempre vai escolher o mais incrível. É importante que possamos potencializar esses caminhos que os permitam ser tão incríveis quanto já são.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. **Algumas estratégias Pedagógicas para alunos com TDAH**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://tdah.org.br/algumas-estrategias-pedagogicas-para-alunos-com-tdah/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **O que é TDAH.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Déficit de atenção e dislexia na escola.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://tdah.org.br>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 10 de out. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.** (s.d.). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm) Acesso em: 01 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação** n° 8.489, de 2017. **Congresso Nacional de Educação**, 2017. Disponível em: <https://camara.leg.br>. Acesso em: 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação** n° 14.254, de 30 de nov. de 2021. **Diário Oficial da União**, 30 de nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. LEI N° 14.254 de 30 de novembro de 2021 **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do déficit de Atenção.** Brasília, 2021.

COSTA, R. V. L. DA; BARBOSA, M. J. **O processo de alfabetização de crianças com dislexia nos anos iniciais do ensino fundamental.** repositorio.ufc.br, 2022. Acesso em: 29 out. 2023.

CAROLINA, Pamela, 2021. **TDAH E DISLEXIA.** Disponível em: <https://pamelacarolinapsicologa.com.br/tdah-e-dislexia/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

COSTA, Rafaela Vitória Linhares da; BARBOSA, Maria José. **O processo de alfabetização de crianças com dislexia nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2022. 21 f. TCC (Graduação em Pedagogia) - Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

EQUIPE INSTITUTO SINGULAR. **TDAH: O que é? Quais são os sinais?** Disponível em: <https://www.institutosingular.org/tdah/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

INTELIGÊNCIA EDU. **TDAH e Aprendizagem – Inteligência Educacional.** Disponível em: <https://inteligenciaedu.com.br/tdah-e-aprendizagem/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MATTOS, Paulo, 2013. **Entenda o TDAH nos critérios do DSM-5.** Disponível em: <https://tdah.org.br/entenda-o-tdah-nos-criterios-do-dsm-v/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARTINS, Yasmine, 2022, **Diferenças entre os termos neurotípico, neurodiversidade e neuroatípico.** Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2022/07/29/diferencas-entre-os-terminos-neurotipico->

neurodiversidade-e-neuroatipico/. Acesso em: 01 nov. 2023.

NASCIMENTO, Clariane; TONETTO, Fabiane, **Revista Psicopedagogia**. São Paulo. n. 112, vol. 13, 2020.

SOARES, Magda. Alfabetar: **Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.

VARELLA, Maria.. **TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade)**. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tdah-transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade/>. Acesso em: 04 nov. 2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

---

## IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO METAVERSO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*Anderson Ricardo Barros Silva<sup>1</sup>*  
*Cleidejane Soares de Barros<sup>2</sup>*

### RESUMO

O Metaverso traz dúvidas acerca da aplicação do Direito no mundo imersivo. Nesse passo, o tema do presente trabalho é "Implicações Jurídicas do Metaverso: Desafios e Perspectivas". Além de livros, revistas eletrônicas e sites jornalísticos, a pesquisa investigou publicações científicas disponíveis nos portais Scielo e Science Direct, no período de 2013 a 2023. O objetivo geral deste estudo é analisar as implicações jurídicas decorrentes do surgimento e desenvolvimento do Metaverso, investigando os desafios legais enfrentados nesse ambiente virtual. Foi selecionado para análise artigos científicos que abordam a temática da internet, do Direito e do Metaverso, excluindo-se aqueles que não tratam do assunto de forma direta. Assim, conclui-se que, considerando os múltiplos desafios jurídicos do espaço virtual, torna-se premente desenvolver um arcabouço jurídico adaptado a esse novo contexto.

**Palavras-chave:** Implicações; Jurídicas; Metaverso.

---

<sup>1</sup> E-mail: andersonricardoadv@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: dr.csb@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho diz respeito as "Implicações Jurídicas do Metaverso: Desafios e Perspectivas". A temática é importante para mundo acadêmico pelo estágio embrionário em que se encontra este universo virtual, às vicissitudes das tecnologias envolvidas e à necessidade de produção de escritos técnicos sobre o assunto. Já a justificativa se acomoda na evolução tecnológica que ora impacta a comunidade jurídica, uma vez que a falta de regulamentação e as consequências sociais exigem análises aprofundadas para orientar os operadores do direito para promoção da justiça e segurança no ambiente digital.

O Metaverso é projetado para se tornar um universo virtual onde as pessoas podem se divertir, socializar ou até mesmo trabalhar e é considerado o "novo internet". Embora ainda não se saiba como serão as implementações mais avançadas do seu conceito, esta plataforma tecnológica tem o potencial de impactar significativamente a interação humana com o mundo. No entanto, ainda há falta de pesquisa sobre a disposição dos usuários em testar tal tecnologia e as preocupações públicas levantadas por ela<sup>3</sup>.

Apesar disso, no Brasil, a utilização da tecnologia na prática jurídica não é algo

novo, pois softwares de gestão de processos e pesquisa de jurisprudência já estão sendo implementados há muitos anos pelo Poder Judiciário e pelo setor legal privado<sup>4</sup>. Contudo, a ideia de resolução digital de controvérsias ainda é pouco conhecida pela comunidade acadêmica e pelos profissionais do direito, apesar de o debate nacional e internacional sobre a temática existir há mais de duas décadas<sup>5</sup>.

Nessa toada, este estudo desenvolveu uma abordagem de Revisão Sistemática Integrativa para examinar a manifestação prática das questões éticas, sociais e jurídicas no contexto em tela. Para tanto, foram revistas análises aprofundadas de diversas fontes de informação, com o objetivo de responder à seguinte pergunta norteadora: quais são os principais desafios jurídicos enfrentados no Metaverso e como eles impactam na regulação desse ambiente virtual?

Diante dessas considerações, destaca-se o foco em compreender os impulsos regulatórios dos desafios inerentes ao contexto do universo cibernético em discussão. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as implicações jurídicas decorrentes do surgimento e desenvolvimento do Metaverso, investigando os desafios legais enfrentados nesse ambiente virtual.

<sup>3</sup> OLEKSY; WNUK & PISKORSKA, 2023.

<sup>4</sup> CNJ, 2022.

<sup>5</sup> MOULIN, 2021.

## METODOLOGIA

Utilizou-se a metodologia de Revisão Sistemática Integrativa, baseada em informações acadêmicas coletadas nos últimos dez anos, levando-se em consideração que ante a complexidade do assunto, necessita-se da análise de informações históricas, uma vez que a escassez de dados contemporâneos não proporciona uma compreensão adequada do tema.

Nessa linha, seguiu-se as seguintes etapas: definição do tema; seleção da pergunta norteadora e estratégia de busca; identificação de descritores e bases de dados para pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão;

identificação de estudos pré-selecionados e selecionados por meio da leitura de resumos, palavras-chave e títulos; organização dos estudos para categorização e análise utilizando uma matriz de síntese.

O trabalho também incluiu a avaliação crítica dos assuntos, análise, interpretação e discussão dos resultados; apresentação da revisão em formato de artigo com sugestões para estudos futuros. A abordagem da Revisão Sistemática Integrativa permitiu uma análise rigorosa e abrangente das questões desejadas, proporcionando uma visão geral do tema e direcionando novas possibilidades de pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Detalhamento das Etapas da Revisão Sistemática Integrativa

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO			
1 <sup>a</sup>	<b>Tema</b>	Implicações Jurídicas do Metaverso: Desafios e Perspectivas			
	<b>Pergunta norteadora</b>	Quais são os principais desafios jurídicos enfrentados no Metaverso e como eles impactam na regulação desse ambiente virtual?			
	<b>Objetivo geral</b>	Analisar as implicações jurídicas decorrentes do surgimento e desenvolvimento do Metaverso, investigando os desafios legais enfrentados nesse ambiente virtual.			
	<b>Estratégias de busca</b>	. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; . Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; . Uso de metadados (filtros).			
	<b>Bancos de terminologias</b>	Banco	Link		
		DeSC	<a href="http://decs.bvs.br/">http://decs.bvs.br/</a>		
		MeSH	<a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh</a>		
	<b>Descritores livres e estruturados</b>	Descritores	DeCS (Registro)	MeSH (Identificador Único)	
		Implicações	-	-	
		Jurídicas	-	-	



		Metaverso	-	-
	<b>String de busca</b>	Internet AND Direito Internet AND “Direito Digital” Internet AND Tecnologia História AND Internet Inteligência AND Ética		
	<b>Bibliotecas Virtuais</b>	Link		
Scielo		<a href="https://search.scielo.org/">https://search.scielo.org/</a>		
Science Direct		<a href="https://www.sciencedirect.com/">https://www.sciencedirect.com/</a>		
2 <sup>a</sup>	<b>Período de coleta dos dados</b>	setembro e outubro de 2023		
	<b>Critérios de inclusão</b>	. Texto (artigo de opinião de espécie científico). . Publicação (2013-2023).		
	<b>Critérios de exclusão</b>	. Artigos que não contemplam a temática “Direito e Metaverso”.		
3 <sup>a</sup>	Número de trabalhos selecionados para Revisão Sistemática Integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).			10
4 <sup>a</sup>	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.			3
5 <sup>a</sup>	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	<a href="https://wordart.com/">https://wordart.com/</a>	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

**RESULTADOS****Quadro 2** - Total de documentos disponíveis nas plataformas Scielo e Science Direct, obtidos por string de pesquisa

<i>String</i> de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática Integrativa
Internet AND Direito	Scielo	44	24	2
Internet AND “direito digital”	Scielo	1	1	1
Internet AND Tecnologia	Scielo	82	55	2
História AND Internet	Scielo	27	15	1
Inteligência Artificial AND Ética	Scielo	13	2	1
Internet Web 3.0 END metaverse	Science Direct	38	36	3
	<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>133</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme indicado no Quadro 2, foram encontrados 205 artigos científicos relacionados à pesquisa nas plataformas pesquisadas. Após a aplicação de filtros, 133 artigos científicos ajudaram a atender aos

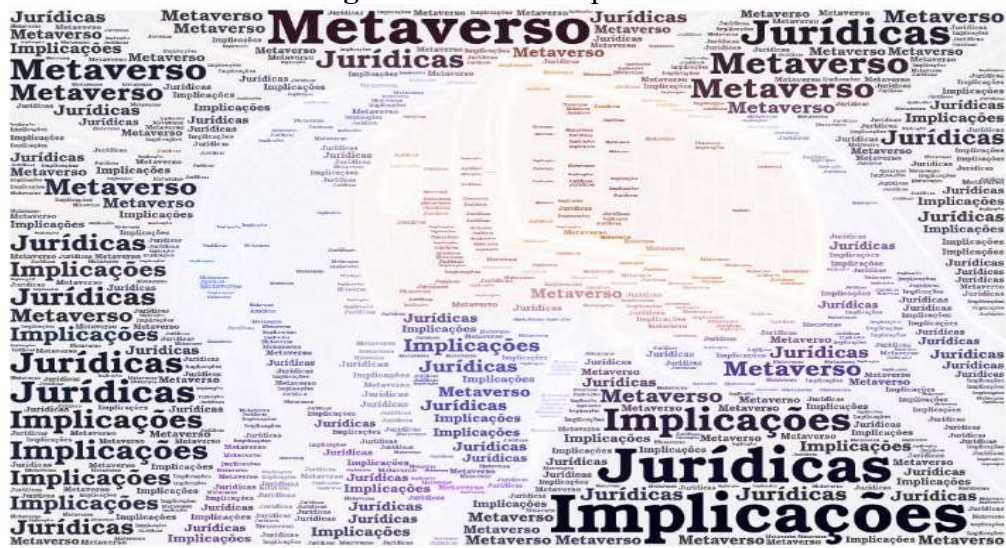
critérios de inclusão. Então, foram realizados 10 downloads, uma vez que atenderam a todos os critérios de ingresso, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

**Quadro 3** - Descrição de Artigos Conforme Critérios de Inclusão

ART	AUTOR(A)	TEMA	ANO	CONCLUSÃO
1	FILHO, Eduardo Tomasevicius.	Marco civil da internet: uma lei sem conteúdo normativo.	2016	Apesar de comemorada, a lei apresenta poucas inovações e muitas deficiências jurídicas, já que não se aplicam às relações sociais da internet outras normas jurídicas vigentes no Brasil, como a Constituição Federal, o Código Civil e o Código Penal.
2	GHELLERE, Rui G.; PEREIRA, Marcus Vinicius Mariot.	O direito comparado entre Brasil e Espanhã análise da herança digital e seus desdobramentos.	2022	A transmissão de bens digitais para herdeiros gera insegurança jurídica no Brasil e na Espanha. Os poderes legislativos trabalham no tema, mas é preciso estabelecer leis claras sobre a proteção dos direitos sucessórios dos bens digitais e a privacidade dos indivíduos.
3	SEGURADO, Rosemary; LIMA, Carolina Silva; Mandú de; AMENI, Cauê S.	Regulamentação da internet: perspectiva comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França.	2015	A regulamentação da internet é polêmica e envolve governos, sociedade civil e setor privado. Brasil e Chile têm regulamentações avançadas em relação à neutralidade de rede, enquanto França, Espanha e EUA têm posições retrógradas em relação à privacidade e segurança.
4	SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MARCO, Cristhian Magnus de; GABRIELA Samrsla Möller.	Tecnologia disruptiva e direito disruptivo: Compreensão do direito em um cenário de novas tecnologias.	2019	O Direito deve considerar as novas tecnologias disruptivas e buscar estratégias jurídicas para permitir o convívio humano com as tecnologias, sem sacrificar os valores humanos. É necessário combinar a regulação privada e pública e manter valores como harmonia social e ambiental.
5	MOULIN, Carolina Stange Azevedo	Método de resolução digital de controvérsias: estado da arte de suas aplicações e desafios.	2021	Os métodos de resolução digital de controvérsias aumentam o acesso à justiça em conflitos massificados de baixo valor, tornando-a mais inclusiva. A transferência de autoridade dos seres humanos para algoritmos é uma desvantagem, mas pode ser minimizada com supervisão humana e garantia dos pressupostos de justiça.
6	OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de	Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho.	2020	A perspectiva crítica sobre as plataformas digitais revela as precariedades e os fetiches tecnológicos, e reflete sobre a regulação e o Direito do Trabalho. Aplicar o Direito do Trabalho

	Lacerda; GRILLO Sayonara.			para as plataformas dirigentes é um dever de efetivação da Constituição.
7	OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA Luciana Gross.	Os indicadores sobre o judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia.	2020	A tecnologia no Judiciário brasileiro não usa big data como monitoramento efetivo. Avançar incorporando a ideia de qualidade é essencial para saber exatamente o que é produzido em termos de serviços públicos. Rever a gestão da administração da Justiça é essencial para a tecnologia melhorar a prestação jurisdicional.
8	TIGRE, Paulo Bastos; NORONHA, Vitor Branco.	Do mainframe à nuvem: inovações, estrutura industrial e modelos de negócios nas tecnologias da informação e da comunicação.	2013	O estudo sobre inovações na indústria de TIC mostra que as empresas líderes precisam se reestruturar para adquirir novas capacitações. A convergência tecnológica está contribuindo para a concentração industrial, mas a personalização dos serviços abre oportunidades para novos empreendedores.
9	OLEKSY, Tomasz; WNUK, Anna; PISKORSKA, Małgorzata	Migration to the metaverse and its predictors: Attachment to virtual places. and metaverse-related threat.	2023	Estudo pioneiro revela que conexão emocional com lugares influencia atitudes em relação ao Metaverso. Apego a lugares virtuais influencia interesse em migrar, apesar de medo da privação de experiências humanas. Resultados orientam pesquisas sobre motivações e aversões ao Metaverso.
10	BROCHADO, Mariah.	Inteligência artificial e ética: um diálogo com Lima Vaz.	2023	Os avanços tecnológicos deste século levaram a humanidade a considerar programas computacionais como entidades inteligentes, capazes de executar atividades de forma mais eficiente que os humanos. A Ciência da Computação e a Robótica têm resultados surpreendentes na criação de máquinas semelhantes aos humanos. Essas coisas levantaram questões éticas sobre a relação entre Inteligência Artificial e a essência espiritual humana.

Figura 1 - nuvem de palavras



Fonte: Elaborada pelos autores.

Mediante a análise da frequência das palavras no texto indicado, foi criada uma nuvem de palavras, conforme Figura 1, utilizando a plataforma online *WordArt*.

Com base na Figura 1, observa-se que as palavras destacadas na nuvem pertencem às categorias definidas por meio da análise de conteúdo de *Bardin*. Essas categorias foram derivadas da frequência das palavras, conforme

demonstrado no Tabela 1, que é o referencial utilizado. Para cumprir o objetivo deste trabalho, optou-se por descrever as palavras cujas frequências totais no texto eram mais relevantes às Implicações Jurídicas do Metaverso, levando em consideração seus significados nos contextos textuais.

Tabela 1 - Frequência das palavras (Plataforma *WorArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Metaverso	16	Inteligência artificial versus Metaverso
Inteligência	7	
Artificial	7	
IA	7	
Tecnologia	7	
Decisões	5	
Máquinas	5	
Desenvolvimento	4	
Aprendizado	4	Consequências sociais e éticas inevitáveis no Metaverso
Dados	4	
Metaverso	19	
Tecnologia	13	
Justiça	8	
Audiência	7	
Tecnologias	6	
Digital	6	
Virtual	6	

Inovações	5	<b>A aplicação tecnológica e o Metaverso no âmbito judicial</b>
Empresas	5	
Tribunais	5	
Direito	19	
Tecnologia	14	
Metaverso	13	
Legislação	12	
Brasil	10	
Sociedade	8	
Virtual	8	
Digital	7	
Tecnológico	6	
Empresas	5	

Fonte: Elaborada pelos autores.

## DISCUSSÕES

### 2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VERSUS METAVERSO

O lançamento do *ChatGPT* pela *OpenAI*, em 2022, gerou um interesse bombástico pelas ferramentas de inteligência artificial nos últimos dias. Nesse contexto, é necessário, inicialmente, discutir a relação de tais ferramentas e o Metaverso, uma vez que tal assunto, caso seja mal interpretado, pode gerar um entendimento errôneo acerca da utilidade acadêmica deste trabalho.

Até pouco tempo atrás, os entusiastas da tecnologia estavam focados no desenvolvimento do Metaverso. A aposta era tão alta que, em 2021, *Mark Zuckerberg* mudou o nome de sua empresa *Facebook* para *Meta*, deixando claro os novos caminhos de investimento da

companhia<sup>6</sup>. Ocorre que, hodiernamente, há relatos de que o Metaverso “morreu” devido à diminuição do interesse público em 2023. Mas, as tecnologias do mundo cibernético ainda são relevantes para os negócios<sup>7</sup>.

A esse propósito, não há como negar que com o sucesso do *ChatGPT* e o avanço da inteligência artificial, os próximos anos estão caminhando para uma maior consolidação do Metaverso e das aplicações de realidade virtual. Esse espaço não se limita mais apenas aos *gamers*, já que abrange um público cada vez mais amplo e essas duas tecnologias terão um impacto significativo na construção de uma realidade futura<sup>8</sup>.

Para corroborar com o exposto, tem-se que o Órgão Especial da OAB Nacional, em 19 de setembro de 2023, autorizou a atuação da advocacia no Metaverso e o uso de avatares em ambientes virtuais, em

<sup>6</sup> ALVES, 2023.

<sup>7</sup> FORBES TECH, 2023.

<sup>8</sup> MOULIN, 2023.

resposta à consulta do Comitê de Marketing Jurídico, refletindo-se a busca da entidade por inovação e posicionamento no mundo virtual<sup>9</sup>. Dito isso, há de se compreender os elementos nucleares da inteligência artificial e sua relação com o universo digital.

## 2.1 ENTENDENDO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Inteligência Artificial é um ramo de pesquisa da computação cognitiva que engloba o campo do aprendizado de máquina, também conhecido como *machine learning*. John McCarthy, um dos fundadores da área, cunhou o termo em 1956. Ele projetou que a inteligência humana pudesse ser replicada em máquinas, consubstanciada na ideia de que as decisões humanas podem ser avaliadas com base nos resultados das ações passadas e presentes<sup>10</sup>.

Trata-se de uma tecnologia sobre a qual se permite que as máquinas aprendam com dados e tomem decisões com base nesse aprendizado. Eles imitam a inteligência humana, confirmando padrões, aprendendo com a experiência e tomando decisões básicas em dados. O objetivo é alcançar um desempenho elaborado ou até mesmo superior ao humano em alguns casos<sup>11</sup>.

## 2.2 ORIGEM DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em 1950, *Alan Turing* propôs o teste de Turing para avaliar máquinas. No ano de 1957, surgiu o *Perceptron*, uma rede neural que reconhecia padrões. Em 1965, o software ELIZA simulava um terapeuta. Já no ano de 1985, a IA teve um avanço com sistemas especialistas em finanças, medicina e engenharia. No mesmo período, a IBM lançou um computador que analisava milhões de posições de xadrez por segundo. Em 1996, *Kasparov* venceu a máquina por 3x1, porém, na revanche em 1997, a máquina triunfou. A partir de 2010 surgiram *softwares* como assistentes virtuais e sistemas de recomendação, incluindo o *ChatGPT*<sup>12</sup>. Veja-se a Figura 2:

Figura 2 - linha do tempo IA



Fonte: Exame, 2023.

Em novembro de 2022, o *ChatGPT* da *OpenIA* revolucionou o uso da

<sup>9</sup> OAB NACIONAL, 2023.

<sup>10</sup> BROCHADO, 2023.

<sup>11</sup> EXAME, 2023.

<sup>12</sup> IBIDEM, 2023.



inteligência artificial, antes restrita a profissionais altamente capacitados. Com uma interface amigável e resultados impressionantes, ele oferece respostas incríveis com apenas alguns comandos de texto, conhecidos como *prompts*. Conquistando 100 milhões de usuários, tornou-se a ferramenta digital mais adotada da história. Isso fez com que a inteligência artificial dominasse o mercado, resultando no lançamento de 1.086 novas ferramentas de IA no primeiro semestre de 2023<sup>13</sup>.

Em virtude disso, o cenário de notícias tecnológicas anunciou diversas informações que aparentam indicar a derrocada do Metaverso, a saber: a) Meta “abandona” metaverso e diz que foco agora é na inteligência artificial<sup>14</sup>; b) Disney e Meta (ex-Facebook) demitiram equipe e abandonaram projetos para o Metaverso<sup>15</sup>; c) Depois de mudar nome para Meta, Facebook não vê tanto metaverso no futuro<sup>16</sup>.

Apesar das demissões na Meta e da mudança de foco da empresa, o Metaverso não desapareceu. Exemplos disso incluem o *Reddit*, que continua promovendo NFTs, a *Starbucks*, que vendeu *tokens* em seu programa de fidelidade e o *PlayStation*, que está testando um sistema *multiplataforma* de *tokens* não fungíveis. Ademais, o espaço

virtual também é utilizado em desfiles de moda envolvendo grandes marcas como *Adidas* e *Tommy Hilfiger*, na busca de ampliação do acesso à saúde, como no Hospital Albert Einstein, além do auxílio do Governo da Coreia do Sul que possui um fundo para apoiar os projetos no âmbito do mundo imersivo<sup>17</sup>.

A partir do exposto, é possível concluir que o Metaverso não está morto, mas sim passando por uma fase de transição. O sucesso do *ChatGPT* e o avanço da inteligência artificial são elementos-chave para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma tecnologia viva e atual, com potencial para impactar a sociedade. Não se trata apenas de uma moda passageira; é, na verdade, uma oportunidade para revolucionar a interação digital, oferecendo novas possibilidades em trabalho, educação, entretenimento, saúde, etc. No entanto, é fundamental considerar as suas implicações sociais e éticas, a fim de garantir um desenvolvimento responsável e inclusivo.

### 3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ÉTICAS INEVITÁVEIS NO METAVERSO

As transformações que surgem como resultado do uso livre e generalizado

<sup>13</sup> ANHOLETT, 2023.

<sup>14</sup> MOZELLI, 2023.

<sup>15</sup> GOULART, 2023.

<sup>16</sup> MACHADO, 2023.

<sup>17</sup> BARBI, 2023.

da internet geram perplexidade e incerteza nas pessoas, que se encontram em um estado de desconhecimento em relação à forma adequada de se comportarem nessa nova "terceira esfera de ação humana", percebendo-se, inclusive, a deficiência do direito penal tradicional no combate à criminalidade virtual<sup>18</sup>.

Sobre tal aspecto, é de todo oportuno trazer à baila que em novembro de 2021, uma psicoterapeuta inglesa relatou ter sofrido violência sexual no Metaverso. Nesse contexto, ao entrar em uma plataforma digital e utilizar o recurso pela primeira vez, a vítima afirma que quatro avatares masculinos abusaram sexualmente de sua personagem na rede, por meio de assédios verbais e toques inadequados, afirmando ter o mesmo sentimento de quando foi vítima de condutas semelhantes no mundo off-line<sup>18</sup>.

Nesse sentido, em 2022, foi deflagrada a quarta edição da Operação 404 para reprimir crimes contra a propriedade intelectual no Metaverso. A operação cumpriu 30 mandados de busca e apreensão em 11 estados, culminando em 10 prisões. Foi coordenada pela Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança (SEOPI/MJSP) e contou com o apoio das forças de segurança dos Estados Unidos e do Reino Unido, além

da cooperação de associações de proteção da propriedade intelectual no Brasil<sup>20</sup>.

Diante disso, afirma-se que o Metaverso traz implicações éticas e sociais que precisam ser abordadas para garantir a segurança e o bem-estar dos usuários. Nesse sentido, a adoção dessa tecnologia requer uma análise cuidadosa dos impactos éticos envolvidos, considerando os benefícios, desafios e riscos inerentes a ela. Portanto, é importante discutir sua aplicação no âmbito judicial para garantir a justiça e a equidade para todos os envolvidos.

#### **4 A APLICAÇÃO TECNOLÓGICA E O METAVERSO NO ÂMBITO JUDICIAL**

Nos últimos 50 anos, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm causado impactos significativos na forma como empresas emergentes estruturam seus modelos de negócios. A indústria de TIC é diferente dos outros setores, pois a instabilidade da sua estrutura é resultado de inovações disruptivas que abrem janelas de oportunidades para mudanças nos modelos de negócios, estratégias e processos operacionais. Por isso, para se manterem competitivas, tais empresas precisam estar dispostas a adotar essas inovações<sup>21</sup>.

No Brasil, a utilização da tecnologia na prática jurídica não é algo novo.

<sup>18</sup> FILHO, 2016.

<sup>18</sup> PINA, 2022.

<sup>20</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2022.

<sup>21</sup> TIGRE & NORONHA, 2013.

Softwares de gestão de processos e pesquisa de jurisprudência já estão sendo implementados há muitos anos pelo Poder Judiciário e pelo setor legal privado. No entanto, a ideia de resolução digital de controvérsias ainda é pouco conhecida pela comunidade acadêmica e pelos profissionais do direito, não obstante o debate nacional e internacional sobre o tema já ter mais de duas décadas<sup>22</sup>.

A esse propósito, não é desnecessário argumentar que o uso do aparato tecnológico nos tribunais brasileiros tem sido impulsionado desde a década de 1990, mas o foco principal é coletar dados para medir a eficiência dos tribunais, sem levar em conta as particularidades de cada caso ou o perfil das pessoas que a utilizam. O Conselho Nacional de Justiça tem feito esforços para centralizar e uniformizar a coleta de dados<sup>23</sup>.

No que diz respeito ao Metaverso, em 2022, a Justiça Federal da Paraíba teve a primeira audiência virtual em ambiente hiper-realista, com avatares 3D dos participantes. A sessão durou menos de dez minutos e foi vista como vanguarda para promover o acesso à justiça, intensificando que o projeto "Conciliar no Metaverso é melhor" pretende oferecer sessões totalmente digitais em breve<sup>24</sup>. Veja-se

abaixo a imagem da audiência, conforme Figura 3.

**Figura 3** - audiência virtual - JFAL/PB



Fonte: CNJ, 2022.

No mesmo diapasão, necessário se faz acrescentar que em fevereiro de 2023, o Tribunal Administrativo de *Magdalena*, na Colômbia, realizou seu primeiro julgamento no Metaverso, com as partes aparecendo como avatares em um tribunal virtual. Neste ponto, enalteça-se que o país é pioneiro em testar audiências de julgamentos reais no Metaverso, que busca tornar espaços digitais mais realistas<sup>25</sup>, conforme se nota na Figura 4.

**Figura 4** - Audiência inicial no metaverso - Colômbia



Fonte: Bogota's Municipal Criminal Court 69 via Reuters, 2023.

Além do mais, há de se ressaltar que as novas tecnologias estão transformando a sociedade, afetando a psicologia e a

<sup>22</sup> MOULIN, 2021.

<sup>23</sup> OLIVEIRA & CUNHA, 2020.

<sup>24</sup> CNJ, 2022.

<sup>25</sup> WOODFORD, 2023.

cognição humana. Assim, é imprescindível que haja um mecanismo eficaz na prevenção e gerenciamento de riscos que ameaçam a humanidade, razão pela qual o Direito disruptivo surge como uma nova abordagem para lidar com as complexidades geradas pelos novos impactos tecnológicos, exigindo-se a aplicação de uma nova epistemologia jurídica<sup>26</sup>.

Por fim, pode-se avaliar que a evolução da área de tecnologia traz desafios que exigem ideias inovadoras. O Metaverso demonstra essa criatividade, sendo a realização de julgamentos reais um exemplo disso. Portanto, empresas, governos e sociedade devem estar abertos a novas perspectivas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas por ele. Contudo, é essencial gerenciar riscos e regular a rápida transformação tecnológica, com novas estratégias jurídicas, sobre a qual a legislação deve estar preparada para lidar com o Metaverso e outras tecnologias emergentes.

#### **4.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O METAVERSO**

Com o uso generalizado da internet, surgiram lacunas normativas em todas as áreas do Direito. No campo sucessório, por

exemplo, a ausência de normas específicas para lidar com questões relacionadas aos bens e direitos digitais após a morte de um indivíduo é uma realidade no Brasil. Isso ocorre porque a legislação atual não acompanha a realidade da sociedade moderna, que utiliza cada vez mais a rede mundial de computadores para guardar ativos e auferir renda<sup>27</sup>.

À guisa de exemplificação, no âmbito do Direito laboral, a classificação entre trabalho online e off-line, utilizada para alertar sobre conflitos de leis e jurisdição pode invisibilizar o trabalhador e criar a ilusão de que existem empregados digitais. No entanto, todo obreiro é uma pessoa real que atua no mundo físico, enquanto a ideia de "trabalho digital" é apenas uma ficção criada para ampliar o mercado e fugir da legislação, o que pode levar à redução salarial e concorrência entre trabalhadores<sup>28</sup>.

Nesse rumo, quando as normas vigentes não conseguem acompanhar o desenvolvimento da sociedade, a criação de novas leis se fazem necessárias, devendo refletir a realidade atual da sociedade, sem ser anacrônica. Por esse viés, é importante ressaltar que a revolução digital impulsionou a criação de um novo ramo do Direito em vários países, inclusive no Brasil, denominado Direito Digital, que une

<sup>26</sup> SANTOS; MARCO & GABRIELA, 2019.

<sup>27</sup> GHELLERE & PEREIRA, 2022.

<sup>28</sup> OLIVEIRA; CARELLI & GRILLO, 2020.

diversas áreas já existentes. Entretanto, a legislação brasileira sobre o tema apresenta avanços modestos<sup>29</sup>.

A esse intento, torna-se importante argumentar que a Ciência Jurídica ainda não encontrou uma solução adequada para lidar com os efeitos negativos das tecnologias e proteger os direitos humanos. Então, é preciso combinar a regulação privada e estatal para repensar numa produção do Direito que acompanhe a evolução tecnológica, garantindo a harmonia social e ambiental, bem como a cooperação e aprimoramento mútuo<sup>30</sup>.

Por outro lado, a complexidade e a relevância da governança global da internet têm sido objeto de destaque no debate, e o Brasil tem desempenhado um papel significativo nesse contexto. A aprovação do Marco Civil da Internet é uma prova viva disso, pois a regulamentação é cada vez mais necessária para abordar as questões políticas, sociais e econômicas que influenciam a governança do universo virtual<sup>31</sup>.

Contudo, faz-se mister mencionar que a virtualização das relações sociais pode levar a uma percepção equivocada de que a legislação que rege o mundo físico não se aplica ao ambiente virtual. Por essa razão, é fundamental ter a consciência de

que todas as atividades e conteúdos realizados no Metaverso, inclusive por meio de mensagens privadas, estão submetidos às leis<sup>32</sup>.

Nessa mesma perspectiva, há de se destacar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de repercussão geral, definiu em 2015 que, para a caracterização da internacionalidade do crime de divulgação de imagem pornográfica infantil, é suficiente a publicação do material em ambientes virtuais de sites de fácil acesso, disponíveis para qualquer pessoa conectada à Internet em qualquer lugar do mundo. E mais, mesmo que não haja comprovação concreta de que o material tenha sido acessado por alguém no exterior, a simples possibilidade de acesso já é suficiente para configurar o crime<sup>33</sup>.

Com base no exposto, pode-se concluir que, apesar da inexistência de normas legais que se apliquem diretamente ao Metaverso, todas as atividades e conteúdos realizados neste ambiente imersivo estão sujeitos à aplicação jurídica já existente em diversos ramos do Direito, como os Direitos Autorais, de Propriedade Intelectual, o Direito Contratual, o Direito Penal e o Tributário. Além disso, é importante ressaltar que a aplicação jurisprudencial também pode ser utilizada

<sup>29</sup> GHELLERE & PEREIRA, op. cit.

<sup>30</sup> SANTOS, MARCO & GABRIELA, op. cit.

<sup>31</sup> SEGURADO; LIMA & AMENI, 2015.

<sup>32</sup> SOUZA, 2022.

<sup>33</sup> STJ, 2016.

para interpretar e aplicar os mecanismos legais nos ambientes virtuais, para que as pessoas não pensem que o mundo cibernético é um espaço sem regras.

## CONCLUSÃO

O surgimento do Metaverso traz desafios e oportunidades para a sociedade. Se por um lado, ele pode ampliar as possibilidades de comunicação e colaboração, aproximando pessoas de diferentes culturas e contextos. Por outro, também pode gerar novos riscos e ameaças, como a violência e o abuso. O relato sofrido pela psicoterapeuta mencionada no cerne deste trabalho é um exemplo desses riscos e a Operação 404, que desmontou um grande esquema de tráfico de drogas no ambiente virtual, é outra demonstração dos desafios do Metaverso.

No campo corporativo, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) estão transformando os modelos de negócio das empresas, pois facilitam a conexão com clientes, parceiros e fornecedores de forma mais eficiente. No contexto jurídico, o uso da tecnologia também é uma realidade, já que softwares de gestão de processos e pesquisa de substituição vêm sendo utilizados há anos para facilitar o trabalho dos profissionais do direito. Além disso, o uso do Metaverso na Justiça, como a realização de audiências e

juízos virtuais, representa uma nova fronteira inexorável.

Entretanto, para garantir a segurança e a proteção dos direitos dos usuários, é essencial que a legislação acompanhe o avanço tecnológico e estabeleça normas claras para lidar com as questões jurídicas envolvidas nesse contexto. Adicionalmente, as pessoas precisam entender que suas ações online são passíveis de responsabilização legal, assim como no mundo físico.

Com isso, para responder à pergunta sobre os desafios jurídicos do Metaverso, é importante destacar que existem diversos aspectos a considerar. Dentre eles, destacam-se a determinação da jurisdição aplicável em casos de transgressões legais no mundo imersivo, a proteção de dados, a responsabilidade civil, a segurança cibernética, a regulação financeira e a proteção do consumidor.

A determinação da jurisdição é um desafio porque não está vinculada a um único país; a proteção de dados é crucial, já que envolve uma grande quantidade de informações pessoais dos usuários; a cibernética é essencial, tendo em vista que o ambiente é um alvo para ataques; a responsabilidade civil é difícil de determinar, visto que é complicado identificar quem é responsável por danos a terceiros; a regulação financeira previne atividades ilegais, como lavagem de



dinheiro e evasão fiscal e a proteção do consumidor garante tratamento justo e equitativo aos usuários.

Por fim, quanto ao objetivo geral, é possível afirmar que este foi atendido, pois a pesquisa realizada proporcionou uma compreensão aprofundada das complexidades jurídicas emergentes no contexto do Metaverso. A análise de casos concretos, a exploração da evolução tecnológica e a discussão sobre a legislação brasileira ilustram a relevância do tema e a necessidade de uma abordagem jurídica adaptada às particularidades desse ambiente hiper-realista.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Soraia. O ChatGPT acabou com o metaverso? **Exame**, 2023. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2023/05/o-chatgpt-acabou-com-o-metaverso.ghtm>>. Acesso em: 08/10/2023.

BARBI, Ana Carolina. É o fim do metaverso! Acabou pras NFTs! **Bitcoinblock**, 2023. Disponível em: <<https://bitcoinblock.com.br/2023/05/06/e-o-fim-do-metaverso-acabou-pras-nfts/>>. Acesso em: 08/10/2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Tribunal Pleno). Recurso Extraordinário nº 628.624. Relator: Marco Aurélio Melo; Relator para o Acórdão: Edson Fachin. Julgamento: 25/10/2015. Publicação: 06/04/2016.

BROCHADO, Mariah. Inteligência artificial e ética: um diálogo com Lima Vaz. Belo Horizonte: **Kriterion**, nº 154, 2023.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Inteligência artificial e aplicabilidade prática no direito, 2022. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/inteligencia-artificial-e-a-aplicabilidade-pratica-web-2022-03-11.pdf>>. Acesso em: 21/10/2023.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Justiça Federal na Paraíba realiza primeira audiência real do Brasil no metaverso, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-federal-na-paraiba-realiza-primeira-audiencia-real-do-brasil-no-metaverso/>>. Acesso em: 11/06/2023.

Fala da diretora de tecnologia da **revista Exame**, Izabela Anholett no vídeo A Era da inteligência Artificial/Carreira em Inteligência Artificial: Aula 1, em 18 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0m2mhMB9Trg>. Acesso em: 08/10/2023.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. Marco civil da internet: uma lei sem conteúdo normativo. **Estudos Avançados**, 30 (86), 2016.

GHELLERE, Rui G.; PEREIRA, Marcus Vinicius Mariot. O direito comparado entre Brasil e Espanhãna análise da herança digital e seus desdobramentos. **Revista Internacional CONSINTER de Direito** n.14, 2022.

GOULART, Rafael. Disney e Meta (ex-Facebook) demitiram equipe e abandonaram projetos para o Metaverso. **ESBRASIL**, 2023. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/o-fim-do-metaverso/>>. Acesso em: 08/10/2023. Guia inteligência artificial para negócios. **Exame**, 2023.

MACHADO, Simone. Depois de mudar nome para Meta, Facebook não vê tanto metaverso no futuro. **Uol**, 2023. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/03/19/depois-de-mudar-o-nome-para-meta-facebook-nao-ve-metaverso-em-seu-futuro.htm>>. Acesso em: 08/10/2023. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Operação 404 chega a 4ª edição com buscas no metaverso, suspensão de 4 canais e 90 vídeos retirados do ar, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-404-chega-a-4a-edicao-com-buscas-no-metaverso-suspensao-de-4-canais-e-90-videos-retirados-do-ar>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MOULIN, Carolina Stange Azevedo. Método de resolução digital de controvérsias: estado da arte de suas aplicações e desafios. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 1, 2021.

MOULIN, Carolina Stange Azevedo. Metodologia de resolução digital de controvérsias: estado da arte de suas aplicações e desafios. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 1, 2021.

MOULIN, Fernando. Será que o ChatGPT “matou” o Metaverso? **Exame**, 2023. Disponível em: <<https://exame.com/bussola/sera-que-o->

[chatgpt-matou-o-metaverso/](https://exame.com/bussola/sera-que-o-chatgpt-matou-o-metaverso/)>. Acesso em: 08/10/2023.

MOZELLI Rodrigo. Meta “abandona” metaverso e diz que foco agora é na inteligência artificial. **Olhar Digital**, 2023. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2023/03/17/pr-o/meta-abandona-metaverso-e-diz-que-foco-agora-e-na-inteligencia-artificial/>>. Acesso em: 08/10/2023.

NOTÍCIAS. Órgão Especial avança em inovação e autoriza atuação da advocacia no metaverso. **OAB Nacional**, 2023. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/noticia/61416/orgao-especial-avanca-em-inovacao-e-autoriza-atuacao-da-advocacia-no-metaverso>>. Acesso em: 08/10/2023.

OLEKSY, Tomasz; WNUK, Anna; PISKORSKA, Małgorzata. Migration to the metaverse and its predictors: Attachment to virtual places. **Elsevier**; *Computers in Human Behavior*, 141, 107642, 2023.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA Luciana Gross. Os indicadores sobre o judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro**, v. 11, n. 4, 2020.

PINA, Rute. Britânica que relatou estupro no metaverso: Foi real e perturbador, 2022. **Uol**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias>

/redacao/2022/06/03/estupro-no-metaverso-o-aconteceu-comigo-foi-real.htm>. Acesso em: 28/06/2023.

REDAÇÃO. 5 provas de que o metaverso não morreu, pelo menos como foi imaginado. **ForbesTech**, 2023. Disponível em: < <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/05/5-provas-de-que-o-metaverso-nao-morreu/>>. Acesso em: 08/10/2023.

SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MARCO, Cristhian Magnus de; GABRIELA Samrsla Möller. Tecnologia disruptiva e direito disruptivo: Compreensão do direito em um cenário de novas tecnologias. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 3056-3091, 2019.

SEGURADO, Rosemary; LIMA, Carolina Silva; Mandú de; AMENI, Cauê S. Regulamentação da internet: perspectiva

comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, 2015.

SOUZA, Bernardo de Azevedo. *Metaverso e Direito: Desafios e Oportunidades*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

TIGRE, Paulo Bastos; NORONHA, Vitor Branco. Do mainframe à nuvem: inovações, estrutura industrial e modelos de negócios nas tecnologias da informação e da comunicação. **R Adm.**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 114-127, 2013.

WOODFORD, Isabel. Tribunal faz audiência no metaverso: mais real que chamada de vídeo. **Uol**, 2023. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/reuters/2023/02/25/tribunal-faz-audiencia-no-metaverso-mais-real-que-chamada-de-video.htm>>. Acesso em: 11/06/2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## OS DIREITOS DAS PPNES E A GESTÃO ESCOLAR

*Poliana Paulino da Silva<sup>1</sup>*  
*Juliana Nobre Nobrega<sup>2</sup>*  
*Luciane Victorino Barbosa<sup>3</sup>*  
*Eliete dos Santos Silva<sup>4</sup>*  
*Cleidejane Soares de Barros<sup>5</sup>*  
*Alecy Melo dos Santos*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é delinear as relações da gestão escolar e a documentação oficial da Proposta de Educação Inclusiva. E tem como pergunta norteadora: Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nos sites: Periódicos Capes, BVS e Scielo. O período de coleta dos dados correu no mês de julho de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática gestão escolar e educação inclusiva. Como sabemos, a educação inclusiva é um dos novos desafios para a gestão escolar face às novas exigências que se colocam às escolas no contexto de uma sociedade democrática e em mudança. Hoje, as escolas estão ganhando atenção pública em uma sociedade global e economia baseada no conhecimento, reconhecendo que a educação tem grande valor estratégico e é uma importante condição qualitativa para o desenvolvimento pessoal em qualquer meio social.

**Palavras-chave:** Inclusão; Educação especial; Gestão escolar.

<sup>1</sup> E-mail: poly\_paulino@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: juliananobre.bsa@outlook.com

<sup>3</sup> E-mail: lucianebarbosa06@hotmail.com

<sup>4</sup> E-mail: ellymendes71@gmail.com

<sup>5</sup> E-mail: dr.csb@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática dos direitos das PPNEs e a gestão escolar. Trata-se de uma temática relevante e muito debatida no meio acadêmico. E, tem como pergunta norteadora: Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?

Nessa perspectiva, a questão é analisar se a gestão escolar do ensino regular vem garantindo os direitos educacionais das pessoas portadoras de necessidades especiais e permite que elas tenham pleno acesso à educação da maneira igualitária.

As conversas sobre a construção de processos inclusivos nas escolas regulares devem refletir uma mudança de paradigma na participação das pessoas com deficiência na sociedade, uma vez que as práticas escolares permeiam e conduzem às mentalidades atuais. Com o tempo, episódios de separação e exclusão deram lugar a conceitos de normalização, inclusão e integração a partir do século XX. Essas mudanças socioculturais estão relacionadas ao movimento de defesa dos direitos e reconhecimento das minorias na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, que afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei, incentivando a ação política

global contra sociedades e culturas desfavorecidas (CARVALHO; LINO 2022)

Vários cenários sociais, como a designação de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela Organização das Nações Unidas, nos levam a estabelecer limites de atuação, podendo cada país desenvolver ações em todas as áreas da sociedade relevantes para este grupo populacional (LOPES, 2018).

No que diz respeito à educação, uma das principais atividades refere-se à publicação da Declaração de Salamanca de 1994, que propunha que os países pudessem desenvolver políticas para construir uma educação inclusiva. Os sistemas educacionais precisariam acomodar a diversidade com métodos de ensino centrados no aluno, adaptados à cada necessidade individual. Para tanto, ressaltasse a urgência da pesquisa e desenvolvimento de práticas de gestão mais flexíveis relacionadas à cooperação entre os diversos profissionais da escola, mobilização de recursos e formação contínua de professores (BRIGIDA, 2021).

O processo inclusivo de alunos com deficiência nas escolas regulares é coerente com um processo democrático, participativo e reflexivo de reconstrução de gestão. Para a construção de comunidades inclusivas, a gestão considera como objetivos da escola preparar equipes para o trabalho colaborativo, compartilhando

conhecimento e proporcionando tempo para que os professores reflitam sobre suas práticas pretendidas, onde possam planejar e avaliar os resultados esperados. (MELLO; MENEZES, 2018)

Como esses profissionais servem para direcionar e coordenar as ações dos demais profissionais da escola, não há dúvida de que é importante realizar pesquisas que subsidiem as ações de gestão para a implementação inclusiva. Para ajudar a criar o cenário educacional desejado, precisamos aproximar as realidades das escolas, bem como os aspectos acadêmicos, bem como as organizações de aprendizagem. Além disso, uma gestão adequada dos ambientes escolares com alunos com deficiência pode estimular a reestruturação dos contextos sociais com base na coexistência da diversidade, mudando assim a mentalidade da próxima geração (OMOTE, 2018).

Levando em consideração o trabalho da gestão escolar na promoção e sustentação da implementação da educação inclusiva, surge a questão de como o planejamento acadêmico contribui para direcionar os esforços dos gestores

escolares, sobre a construção de uma educação inclusiva nas escolas e como as ações destes gestores correspondem à realidade educacional.

Assim sendo, o objetivo deste estudo foi verificar a situação da liderança escolar, destacando o viés sistêmico, relacionar as descobertas acadêmicas sobre esse tópico ao desempenho do gestor e orientar os resultados futuros na busca para contribuir de maneira prática.

## **MÉTODOLOGIA**

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.



**Quadro 1** – Etapas da Revisão Sistemática. Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	<b>Tema</b>	Os Direitos das PPNEs e a Gestão Escolar		
	<b>Pergunta norteadora</b>	Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?		
	<b>Objetivo geral</b>	verificar a situação da gestão escolar, destacando o viés sistêmico e relacionar as descobertas acadêmicas sobre esse tópico ao desempenho do gestor.		
	<b>Estratégias de busca</b>	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	<b>Bancos de terminologias</b>	Banco	Link	
		DeSC	<a href="http://decs.bvs.br/">http://decs.bvs.br/</a>	
		MeSH	<a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh</a>	
	<b>Descritores livres e estruturados</b>	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Gestão Escolar	11325	D011640
		Educação Inclusiva	5261	D004493
	<b>String de busca</b>	Gestão Escolar END Educação Inclusiva		
<b>Bibliotecas Virtuais</b>	Link			
	BVS	<a href="https://bvsalud.org/">https://bvsalud.org/</a>		
	SciELO	<a href="https://search.scielo.org/">https://search.scielo.org/</a>		
	Periódicos Capes	<a href="https://www.periodicos.capes.gov.br/">https://www.periodicos.capes.gov.br/</a>		
2ª	<b>Período de coleta dos dados</b>	Julho de 2023		
	<b>Critérios de inclusão</b>	1. Texto (artigos de espécie científica). 2. Publicação (2018-2023).		
	<b>Critérios de exclusão</b>	1. Artigos que não contemplam a temática “Gestão Escolar e Educação Inclusiva”.		
3ª	<b>Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).</b>			15
4ª	<b>Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.</b>			02
5ª	<b>Tecnologias digitais utilizadas</b>	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	<a href="https://wordart.com/">https://wordart.com/</a>	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

**RESULTADOS****Quadro 2** – Total de documentos disponíveis nas Plataforma BVS e Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Gestão Escolar AND Educação inclusiva	BVS	230	98	09
	Scielo	20	09	02
	Periódicos Capes	117	46	04
	<b>TOTAL</b>	<b>367</b>	<b>153</b>	<b>15</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 367 artigos científicos relacionados a pesquisa, com a utilização de filtros 153 artigos científicos continuaram atendendo os critérios de inclusão, e destes foram

realizados 15 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

**Quadro 3** - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Meiriene Cavalcante Barbosa	Perspectivas e desafios para a educação inclusiva: o atendimento educacional especializado (aee) como força motriz da inclusão	2018	Nesse processo de reconstrução do sistema escolar, têm-se, igualmente, ganhos para os alunos fora de situação de deficiência, e seus familiares, pela elucidação das questões desconhecidas, que lhes permitirá ter um olhar esclarecido e não preconceituoso sobre as diferenças, assim como ter um convívio mais amplo e completo na sociedade
2	Mariana Moraes Lopes	Perfil e atuação dos profissionais de apoio á inclusão escolar	2018	Dessa forma, evidencia-se a importância dessa diferenciação e definição da função de cada profissional de acordo com sua competência, e justifica-se necessidade de ampliação da rede de serviços para inclusão escolar, com a disponibilidade de diferentes profissionais que deverão ser encaminhados de acordo com as necessidades apontadas por cada aluno após avaliação prévia.
15	Eliana Pereira de Menezes e Vanessa Shceid Santanna de Mello	A produção de práticas de normalização nos discursos orientadores/r eguladores do Atendimento	2018	Contudo, destacamos a importância de se estabelecer esse debate para continuarmos a tensionar e a problematizar práticas, discursos, contextos e políticas públicas de modo contextualizado, demonstrando que existem múltiplas possibilidades de se desenvolver práticas de maneira mais inclusiva na escola e que essas estão

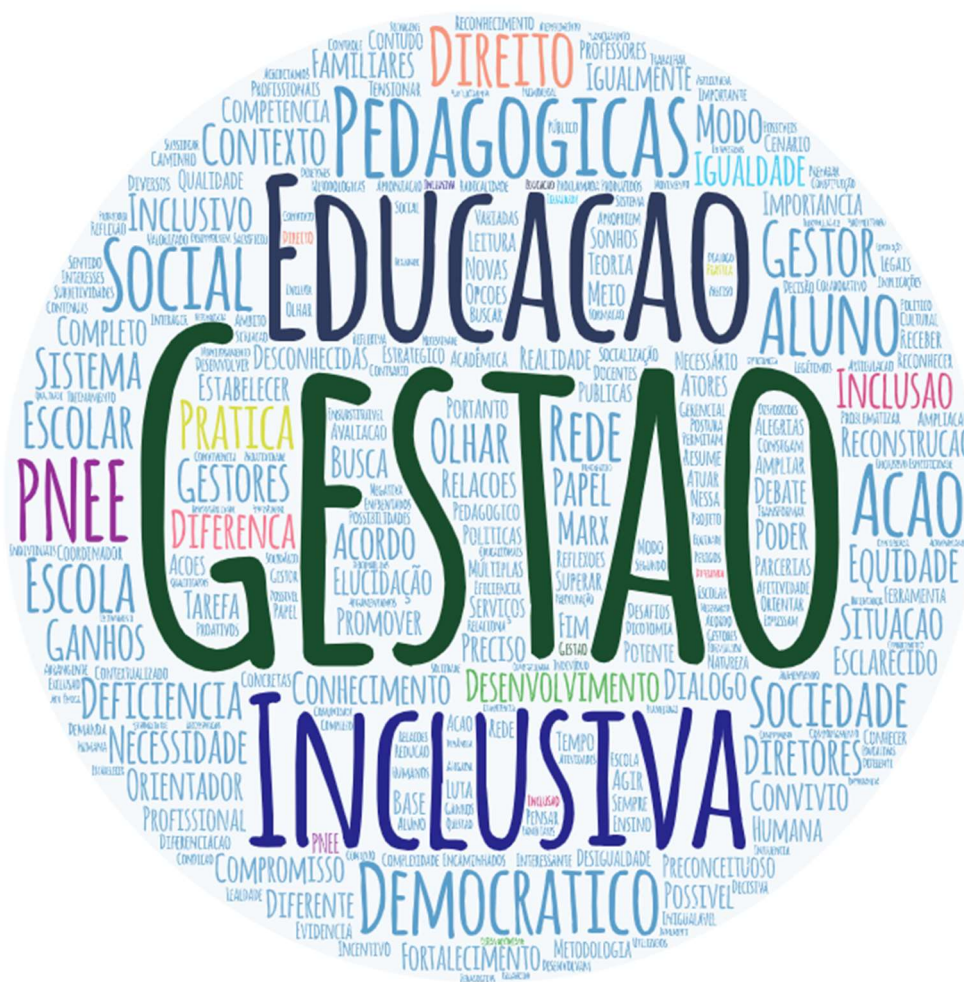
		Educacional Especializado		pautadas nas subjetividades dos atores que na escola atuam.
4	Bruna Viedo Kich	Narrativas de gestores de escolas públicas frente à política de inclusão escolar	2018	O incentivo ao trabalho colaborativo pode ser uma forma interessante e potente de estabelecer parcerias, de se fazer reflexões e de se promover diálogos que consigam ampliar a leitura sobre os processos inclusivos no contexto escolar inclusivo.
5	Christianne Thatiana Ramos Souza e, Eniceia Gonçalves Mendes	Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil	2018	Através da pesquisa foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas
6	Sadao Omote	Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes avanços em pesquisa	2018	Um possível caminho é a articulação entre a pesquisa acadêmica e prática profissional por meio de pesquisa-ação e outras metodologias que permitam conhecer a realidade e especificidade do cenário inclusivo, e ao mesmo tempo que os docentes se apropriem dos conhecimentos e desenvolvam uma proatividade em busca de conhecimentos e variadas opções metodológicas e práticas frente aos diversos desafios enfrentados
7	Paulo Freire	Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa	2019	A preocupação com a natureza humana a que devo a minha lealdade sempre proclamada. Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos.
8	Adriana Marques dos Santos Laia Franco e Gabriel Eduardo Schutz	Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	2020	A luta por igualdade e pelos direitos das pessoas com deficiência não é recente e se insere em um processo de reconhecimento e legitimação. Nesse processo de reconstrução do sistema escolar, têm-se, igualmente, ganhos para os alunos fora de situação de deficiência, e seus familiares, pela elucidação das questões desconhecidas, que lhes permitirá ter um olhar esclarecido e não preconceituoso sobre as diferenças, assim como ter um convívio mais amplo e completo na sociedade.
9	Débora Dainez e Ana Luiza Bustamante Smolka	A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva	2020	Falar de constituição social do indivíduo é, portanto, diferente de falar em socialização das ações individuais, e demanda outras implicações educacionais. Com base nisso, argumentamos que a função social da escola não se resume à socialização/convivência; relaciona-se, sim, ao trabalho de ensino e à apropriação do conhecimento valorizado, condição de

				desenvolvimento cultural orientador da personalidade.
10	Eulália Cardoso Machado e Ana Maria Falsarella	Nova gestão pública, educação e gestão escolar.	2020	Por fim, acreditamos que a escola faz diferença na redução de processos de desigualdade produzidos fora dela, que pode levar à equidade pelos processos que nela se desenvolvem ou pelo contrário, pode atuar de forma negativa aumentando a desigualdade social. A postura dos gestores escolares tem influência decisiva nessa questão. A gestão, para além do atendimento às disposições legais, precisa estar atenta aos modos de interagir, de trabalhar, de agir e de pensar as práticas educativas junto à comunidade escolar
11	Claudiceia Ribeiro Ferreira	O modelo de gestão na ótica do diretor de escola do programa ensino integral	2020	Do ponto de vista do gestor, as ferramentas de gestão para acompanhamento, monitoramento e controle da dinâmica de trabalho se expressam como responsabilidade compartilhada "para buscar alunos, professores ou apoios e qualificações". No movimento ação-reflexão-ação, a metodologia e o planejamento estratégico são utilizados nas atividades pedagógicas para preparar o trabalho escolar e utilizá-lo como ferramenta para subsidiar a tomada de decisão dos diretores como tarefa formulada na educação de todos os alunos.
12	Vanessa Maria Vicente Umemura e Sanny Silva da Rosa	Desafios dos coordenadores pedagógicos de São Caetano do Sul, ABC Paulista: um estudo baseado na pesquisa-ação colaborativa	2020	A alegada tarefa primordial do coordenador pedagógico de promover a formação continuada dos professores no âmbito da escola só faz sentido se intimamente articulada a um projeto político-pedagógico construído de forma reflexiva e negociada e em função de uma qualidade de educação que só pode ser adjetivada de "social" se, primeiro, for entendida como bem público e, segundo se for forjada em ambiente solidário e democrático.
13	Carolline Septimio, Leticia Carneiro da Conceição e Vanessa Goes Denardi	Poderes e perigos da política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida	2021	No campo estratégico das relações de poder, como o outro termo destas, as resistências se expõem como "possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício" (FOUCAULT, 1988, p. 91). Assim, nossa análise da PNEE busca, portanto, tecer nós desta rede de poderes e perigos, ampliando seu alcance e se abrindo a novos pontos na trama da garantia do direito à educação inclusiva.
14	Izane Flexa Santa Brígida	Educação inclusiva: dos avanços à	2021	A educação inclusiva escolar é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora que produz ressignificação. Incluir é necessário, sobretudo para o

		legalização do retrocesso		fortalecimento da escola. A escola democrática é produzida na diferença, é preciso expulsar a exclusão da escola e esta é uma necessidade que emerge das modificações da sociedade.
15	Camila Lopes de Carvalho e Carolina Matteussi Lino	Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar	2022	Para mudar a realidade, é urgente superar a dicotomia entre a teoria acadêmica e a prática gerencial. Isso não apenas exige que os gestores sejam proativos em receber o treinamento tão necessário, mas também requer novas pesquisas contínuas para orientar o comportamento dos gerentes em um contexto abrangente.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos Capes, 2023.

Figura 1 - Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da Nuvem de Palavras - Figura 1, foi possível desenvolver as categorias a partir das palavras em evidência na nuvem de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Assim, foi elaborado a Tabela 1 com a frequência de

palavras e as categorias obtidas. Em conformidade com o objetivo da pesquisa, utilizou-se as palavras que apresentaram maior frequência total e que possuem sentido para pesquisa.

**Tabela 1** - Frequência das palavras (Plataforma *WorArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Gestão	5	Gestão Escolar voltada para educação inclusiva.
Educação	4	
Inclusiva	4	
Pedagógicas	3	
Democrático	3	
Social	3	
Direito	3	
Desenvolvimento	3	
Aluno	3	Direitos educacionais para PPNE
Deficiência	3	
Sociedade	2	
Necessidade	2	
Contexto	2	
Inclusivo	2	
Gestor	2	

Fonte: Elaborada pelo autor.

## DISCUSSÕES

### 1 O EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O GESTOR ESCOLAR

Ao se falar em inclusão escolar, inicialmente entendemos que a inclusão é muito mais que somente uma adaptação em um espaço físico para alunos com alguma deficiência. Determina a importância de uma mudança profunda nas escolas, incluindo a metodologia, os conteúdos pedagógicos e, sobretudo, a participação de todas as pessoas como parte de um processo abrangente em que os gestores desempenham um papel importante na

implementação das atividades elaboradas. Partindo deste ponto, buscamos entender na lei, sobre os gestores educacionais sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino. (MELO; ARAÚJO, 2018).

Nesse contexto, a LDB 9.394/96 consta no art. 14 estipula que o sistema de ensino, levando em consideração suas características, determinará as normas de gestão democrática da educação nacional na educação básica de acordo com os seguintes princípios: I – Envolvimento de especialistas no desenvolvimento de projetos educacionais escolares; II – Envolvimento da Escola e da Comunidade

no Conselho Escolar ou Equivalente. (SEPTIMIO; CONCEIÇÃO; DENARDI, 2021)

A gestão no processo democrático é um assunto bastante ambíguo nos cenários educacionais, principalmente nas escolas públicas, que tendem a valorizar a liderança com base no conservadorismo autoritário. Pode-se entender que a escola é vista como uma organização social, cultural e humana na qual todos os participantes devem determinar seu funcionamento e participar ativamente do processo escolar para o bom desenvolvimento das atividades elaboradas. Desse modo, o gestor precisa promover a política de gestão democrática da participação da comunidade escolar e, a partir deste princípio, a instituição deve repensar o papel do gestor. (OMOTE, 2018)

Em 1988, a Constituição Federal determinou os princípios da educação no Brasil a gratuidade, a liberdade, a obrigatoriedade, a igualdade e gestão democrática regulados por lei. Nesse contexto, os educadores buscam uma gestão mais democrática que favoreça uma educação equitativa e de qualidade. Essa abordagem de gestão democrática requer a participação de todas as partes da comunidade escolar e incentiva uma atitude dinâmica evidenciada pela diversidade e diferentes formas de entender as escolas (BARBOSA, 2020).

Portanto, é preciso compreender a conduta pedagógica dos gestores escolares, pois a promoção de políticas de gestão democrática que busquem o envolvimento de todos nos processos que ocorrem no ambiente escolar é entendida como uma de suas principais responsabilidades. No processo de integração, é importante que as lideranças promovam a integração, aprimorem os processos educativos nas salas de aula e nas organizações escolares e busquem qualidade e transparência nas atividades de gestão escolar. (CARVALHO; LINO, 2022)

A gestão está relacionada ao papel do líder pedagógico no cotidiano escolar. É certo que cabe aos gestores adequar o ideal de atendimento à diversidade das escolas inclusivas, rejeitando as formas tradicionais de planejamento que decorrem do trabalho técnico isolado e obrigando-as a adotar metodologias colaborativas. Nesse contexto, os gestores têm a responsabilidade de acompanhar diariamente as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, comunicando aos professores as necessidades e os desafios e que eles enfrentam e focando no trabalho com alunos que possuem deficiência. (MENEGAT, 2018)

Ao desenvolver o Projeto Político Pedagógico, o diretor que é o responsável pelo ideal de educação inclusiva precisa trazer esse tema com os professores e



questionar sobre as práticas de inclusão que devem ser trabalhadas dentro da sala de aula. Uma escola inclusiva é entendida fundamentalmente como uma escola democrática pautada pelo diálogo e práticas participativas. (FERREIRA, 2020)

Para isso, é preciso construir uma comunidade inclusiva que inclua planejamento e desenvolvimento de currículo. Em seguida, é importante preparar a equipe para colaborar, compartilhar conhecimentos, desenvolver pesquisas em andamento e estabelecer vínculos de comunicação entre todos os envolvidos no processo inclusivo para permitir a reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas. Assim, quando os gestores dão oportunidade de participação a todos, promovem a educação inclusiva, afirmando o diálogo entre toda a comunidade escolar. (MACHADO; FALSARELLA, 2020)

No entanto, com base na pesquisa realizada, não se pode concluir que os diretores são os únicos responsáveis pela adoção da educação inclusiva, mas é importante considerar outros fatores que incluem a epistemologia subjacente, para além das técnicas de intervenção pedagógica e da eficácia do processo de aprendizagem; as atividades de aprendizagem; a relevância do trabalho em equipe multidisciplinar nas escolas; interação social entre todos os membros da escola; formação continuada de

professores, objetividade, conteúdo teórico e prático, facilitação da aprendizagem entre os professores e, a infraestrutura é suficiente. Assim, entendemos que todas as atividades realizadas no ambiente escolar devem ser pautadas no dinamismo e orientação do gestor, especialmente as atividades inclusivas. (FERREIRA, 2020)

## **2 GESTÃO INCLUSIVA E O MEIO ACADÊMICO**

Inclusão na educação significa oferecer educação de qualidade para qualquer pessoa, valorizando e reconhecendo a diversidade de nossos alunos. A individualidade é levada em conta no processo da construção do conhecimento e repensar e transformar a educação no âmbito da educação e da política. A atuação de toda a equipe escolar, desde a equipe docente, administrativa e de limpeza, além das famílias e alunos, é fundamental para a concretização desses ideais. (HONEFF, 2018)

Entre esses profissionais, os gestores desempenham um papel fundamental na promoção do ambiente escola e no avanço de tendências inclusivas, isso porque a criação de uma cultura inclusiva requer condições democráticas em que todos possam participar e cria melhores condições para a transformação da escola, de uma forma que permita um ambiente inclusivo. Pesquisas com foco nesses

especialistas tornam-se importantes porque as características pessoais e os comportamentos dos líderes dificultam a possibilidade de construir culturas escolares e criar ideais inclusivos. (HONEFF, 2018)

A partir do contexto sociocultural em constante mudança, os desenvolvimentos acadêmicos dos planos de Pós-Graduação na área inclusiva têm contribuído para o desenvolvimento contínuo de conhecimentos de ponta e para a formação de novos profissionais e dos que já atuam em suas áreas de formação. Ele marca mudanças na prática com base em várias necessidades atuais, em um contexto abrangente, um currículo elaborado pela gestão escolar incentiva a reflexão sobre os últimos desenvolvimentos no assunto, reúne conhecimento e expõe dilemas essenciais a serem investigados. (BORGES, 2019)

Embora a gestão inclusiva tenha surgido como objeto de pesquisa relativamente recente, alternativas surgem como variáveis justificadoras nessas circunstâncias, entre as quais se destacam dois poderosos fatores: a construção socioeducativa de princípios inclusivos e a resignificação da gestão democrática. (UMEMURA; ROSA, 2020)

A primeira tem a ver com o recente debate sobre a inclusão social da educação. A expansão da discussão internacional sobre a inclusão de pessoas com deficiência

só cresceu significativamente a partir da década de 1980, quando a Organização das Nações Unidas declarou 1981, o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Após a ação internacional, foi somente após a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e a LDB em 1996 que as pessoas com deficiência tiveram acesso garantido às escolas regulares no Brasil. Expressivas providências emergem, portanto, de vários aspectos do processo de ingresso neste internato nos próximos anos, enaltecendo o árduo trabalho e dedicação à pesquisa a ser realizada. (UMEMURA; ROSA, 2020)

Ao final, forma-se o conceito de gestão, e seus diversos aspectos e funções que só puderam ser estudados após a unificação da terminologia. Os autores citados defendem que os estudos sobre os aspectos técnicos da gestão escolar desde a década de 80 estão construindo as bases para o conceito de gestão democrática relacionado à demanda social pela redemocratização no Brasil. Nos anos 2000, simultaneamente à gestão, novos conceitos começaram a ser estudados e amparados por sua inclusão em legislações nacionais que formulavam uma governança democrática em instituições escolares destinadas a agir generosamente para que todos pudessem participar neste cenário, e tem como objetivo proporcionar atendimento de qualidade a todos os alunos, inclusive os

alunos com deficiência. (UMEMURA; ROSA, 2020)

A falta do conhecimento da teoria educacional, da legislação e do contexto sociopolítico da educação inclusiva impede que o gestor forneça os recursos necessários e organize a prática para a implementação inclusiva. Por outro lado, comportamentos inadequados se transformam em práticas de centralização, principalmente comportamentos burocráticos e ineficazes em relação às necessidades educacionais atuais. (KICH, 2018)

Para superar essas barreiras, este estudo destaca a necessidade de processos democráticos por parte da gestão escolar, formação de liderança baseada no vínculo entre teoria e prática, como resolução de problemas, e construção de parcerias escolares com especialistas multidisciplinares. (KICH, 2018)

Falta a criação de um referencial teórico atualizado com a mudança socioeducativa atual para apoiar práticas que realmente atendam às necessidades inclusivas. O primeiro passo na construção de uma escola inclusiva é refletir criticamente sobre o conceito de nossa escola e criar o conceito de escola que queremos. (SOUZA; MENDES, 2018)

## CONCLUSÕES

Os problemas de deficiências físicas e mentais que assolam a humanidade desde

os primórdios da civilização ocidental têm despertado o estranhamento e, geralmente, causam repulsa daqueles que se consideram “normais”. Lidar com as diferenças, principalmente aquelas que limitam a autonomia e por vezes a rejeitam para outra ordem, sempre foi um obstáculo nas relações.

A deficiência deixou de ser uma condição abominável e indigna de viver em sociedade para ser uma condição médica que requer profissionais especializados e tratamento especial em instituições especializadas. Ao longo dos séculos, acontecimentos históricos, tecnológicos, científicos e sociais acompanharam e demonstraram que a cidadania pode ser exercida independentemente do seu estado físico e mental.

Assim, hoje estamos pensando no papel dos gestores educacionais em relação às instituições de ensino. Devemos ir além do papel de gestores e líderes educacionais para atuar como moderadores em grupos de educadores que praticam os princípios da educação, enfatizando o papel da liderança e informando a evolução das discussões envolvendo pessoas com deficiência de todos os tipos, como a de desenvolvimento, superdotação e alta habilidade, pois é parte integrante do bom funcionamento do sistema educacional. Os gestores devem conscientizar e educar todos os membros da

escola sobre a necessidade de implementar um processo de inclusão eficaz.

Nesta perspectiva, acreditamos que o diálogo e a ação das organizações e administrações educativas devem estar em consonância com os programas integrais e humanos da educação para todos. Juntamente com legislação inclusiva, escolas inclusivas e liderança inclusiva, devemos construir uma cultura inclusiva. Portanto, o debate e a pesquisa sobre inclusão devem ser continuados e aprofundados, incluindo um maior grau de diálogo aberto sobre o assunto, para que soluções possam ser propostas para suprir a lacuna entre teoria e prática inclusiva.

Por fim, percebe-se que o papel dos gestores escolares é importante em relação ao ingresso de alunos que possuem alguma deficiência, onde a educação precisa ser garantida para a admissão de alunos com deficiência. Eles têm condições para construir conhecimento, de ser cidadãos pensantes e críticos e de mudar a realidade. No entanto, entende-se que os administradores enfrentarão desafios no desempenho de suas funções, mas com o apoio de toda a equipe, soluções para os obstáculos podem ser encontradas e proporcionar um ambiente amigável e inclusivo no qual os alunos permaneçam e tenham sucesso em aprender na escola.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. **O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar**. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas. Blumenau: Edifurb, 2020. p. 181-202.

BORGES, L.de L. **Modos de pensar a infância: um convite ao pensamento a partir da educação especial**. Dissertação (Mestrado em Educação) –UFSM, Santa Maria. 2019.

BRIGIDA, I. F. S.; LIMEIRA, C. S. **Educação inclusiva: dos avanços à legalização do retrocesso**. Diálogos e Diversidade, v. 1, 2021.

CARVALHO, C. L; LINO, C.M. **Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar**. Monografia, 2022.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. **A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e187853, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HONNEF, C. **O trabalho docente articulado com concepção teórico-prática para a educação especial**. Tese (Doutorado em Educação) –UFSM, Santa Maria. 2018.

KICH, B.V. **Narrativas de gestores de escolas públicas frente à política de inclusão escolar: um estudo de caso na região centro-oeste-RS.** Monografia (Especialização) –UFSM, Santa Maria. 2018.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. 2018.

MACHADO, Eulália Cardoso; FALSARELLA, Ana Maria. **Nova gestão pública, educação e gestão escolar.** *Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara*, v. 24, n. 2, p. 372-389, maio/ago., 2020. e-ISSN: 1519-9029.

DOI:<https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>

MELLO, V.S. S. de; MENEZES, E. da C.P. de. **A produção de práticas de normalização nos discursos orientadores/reguladores do Atendimento Educacional Especializado.** *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 27, n. 50, p. 725-736, set./dez. 2018 Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 10 julho.2023.

ROCHA, M. G. S. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla.** 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, v. 35, 2022 – Publicação Contínua – Qualis – A2. Disponível em:

<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

SEPTIMIO, Caroline; CONCEIÇÃO, Leticia; DENARDI, Vanessa. **Poderes e perigos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida.** *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 2, n. 3, p. 249-262, jan./mar. 2021.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos; MENDES, Eniceia Gonçalves. **Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação Especial, Rio de Janeiro*, v. 23, n. 2, p. 279-292, abr./ jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sxPMLY5ZBTgWMJVfkdsGQdP/abstract/?lang=p>. Acesso em: 05 julho. 2023.

OMOTE, Sadao. **Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes avanços em pesquisa.** *Revista Brasileira de Educação Especial, Rio de Janeiro*, n. 24, p. 21-32, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/VKFFLxSr5GW6LKq9P7crnFt/?lang=pt>. Acesso em: 08 julho. 2023.

UMEMURA, V. M. V.; ROSA, S. S. **Desafios dos coordenadores pedagógicos de São Caetano do Sul, ABC Paulista: um estudo baseado na pesquisa-ação colaborativa.** *Interações, Campo Grande*, v. 21, n. 1, p. 81-92, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122020000100081&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122020000100081&script=sci_arttext). Acesso em: 11 julho. 2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## PPNE E SEU DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

*Poliana Paulino da Silva<sup>1</sup>*  
*Ivanete Maria da Silva Alves*  
*Vivian de Sousa Oliveira*  
*Carla Waleska Gomes de Araujo<sup>2</sup>*  
*Joselito Araújo Silva<sup>3</sup>*  
*Cleidejane Soares de Barros<sup>4</sup>*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a eficácia social da legislação brasileira para examinar os obstáculos à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino e a plena efetivação de seu direito à educação. E, tem como pergunta norteadora: Como o sistema de educação no Brasil está garantindo os direitos educacionais a PPNE? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nos sites: Periódicos Capes, BVS e Scielo. O período de coleta dos dados correu no mês de junho de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática direitos educacionais e educação inclusiva. Para tanto, analisou-se a trajetória histórica do atendimento educacional a deficientes por meio das primeiras leis implementadas e o surgimento de escolas e turmas especiais, propostas de integração escolar, concepções de educação integrada e modelos educativos para pessoas com necessidades especiais. Deve-se notar que não se trata de estabelecer direitos humanos, mas de protegê-los. Previsões prescritivas não são suficientes, é preciso colocá-las em prática. Portanto, é essencial estabelecer políticas públicas que priorizem a implementação de uma educação adequada que atenda às necessidades das pessoas com deficiência e serviços governamentais proativos.

**Palavras-chave:** Inclusão; Direitos Educacionais; Políticas Públicas.

<sup>1</sup> E-mail: poly\_paulino@hotmail.com

<sup>2</sup> E-mail: carlawaleska@hotmail.com

<sup>3</sup> E-mail: Joselitoaraujo947@gmail.com

<sup>4</sup> E-mail: dr.csb@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática PPNE e seu direito à educação no Brasil. Trata-se de uma temática relevante e muito debatida no meio acadêmico. E, tem como pergunta norteadora: Como o sistema de educação no Brasil está garantindo os direitos educacionais a PPNE?

Nessa perspectiva, a questão é identificar se é socialmente válida a lei que garante ao máximo os direitos educacionais das pessoas portadoras de necessidades especiais e permite que elas ingressem na escola regular em condições qualitativamente iguais.

Apesar de documentos internacionais aprovados pelo Brasil, leis infraconstitucionais e ainda a própria Constituição Federal garantirem total acesso ao sistema de educação, a base legal tem se mostrado ineficaz do ponto de vista social, pois existem alguns entraves que indicam a impraticabilidade na sociedade.

A educação inclusiva possui um amplo conceito e não somente é direcionado às pessoas com alguma deficiência, seja ela sensorial, cognitiva ou motora (Educação Especial), mas também a todos os grupos de alunos excluídos do acesso à educação formal ou cujos direitos garantidos pelas suas características econômicas, culturais e sociais são ignorados e, por isso, têm direito ao acesso aos conteúdos e métodos de

ensino adequados às circunstâncias biopsicossociais e territoriais vividas. (CAMACHO & VIEIRA, 2018, 2020).

A inclusão promove a interação e a integração de todos sem exceção no sistema escolar, garante a igualdade de acesso e possibilita aos alunos o alcance da autonomia e da cidadania, com direito ao respeito à diversidade, por meio de conteúdos e metodologias instrucionais que respeitam a singularidade dos alunos, sejam eles rurais ou urbanos, com ou sem deficiência. (CAMACHO & VIEIRA, 2018, 2020).

Hoje, a visão de inclusão do sistema educacional brasileiro é baseada em normas estabelecidas pelo governo para atender os portadores de necessidades educacionais especiais no sistema de educação. Referindo-se ao que está descrito no Relatório de Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2001), o Brasil concordou com a Declaração Global sobre Educação para Todos, assinada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e optou por criar um sistema educacional integrado, aderindo aos pressupostos elaborados pela Conferência de Educação Especial de Salamanca na Espanha, em 1994. (REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2022)

Portanto, a educação especial é inerente à educação escolar em vários níveis, incluindo a educação básica e superior, abrangendo o ensino infantil,



fundamental e médio, além de outras modalidades de educação, como a educação profissional e a educação de jovens e adultos. (REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2022)

Dessa maneira, o objetivo geral que norteia essa pesquisa é analisar as políticas públicas educacionais a PPNE e como seus direitos à educação estão sendo garantidos no Brasil.

## **MÉTODOLOGIA**

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que

apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

**Quadro 1** – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	<b>Tema</b>	PPNE e Seus Direitos Educacionais.		
	<b>Pergunta norteadora</b>	Como o sistema de educação no Brasil está garantindo os direitos educacionais a PPNE?		
	<b>Objetivo geral</b>	Analisar a eficácia social da legislação brasileira para examinar os obstáculos à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino e a plena efetivação de seu direito à educação.		
	<b>Estratégias de busca</b>	4. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 5. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 6. Uso de metadados (filtros).		
	<b>Bancos de terminologias</b>	Banco	Link	
		DeSC	<a href="http://decs.bvs.br/">http://decs.bvs.br/</a>	
		MeSH	<a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh</a>	
	<b>Descritores livres e estruturados</b>	Descritores	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Educação Inclusiva	11325	D011640
		Direitos Educacionais	5261	D004493
	<b>String de busca</b>	Direitos Educacionais END Educação Inclusiva		
	<b>Bibliotecas Virtuais</b>	Link		
BVS		<a href="https://bvsalud.org/">https://bvsalud.org/</a>		
Scielo		<a href="https://search.scielo.org/">https://search.scielo.org/</a>		
Periódicos Capes		<a href="https://www.periodicos.capes.gov.br/">https://www.periodicos.capes.gov.br/</a>		
2ª	<b>Período de coleta dos dados</b>	Junho de 2023		
	<b>Crítérios de inclusão</b>	3. Texto (artigos de espécie científico). 4. Publicação (2018-2023).		
	<b>Crítérios de exclusão</b>	2. Artigos que não contemplam a temática “Educação Inclusiva e Direitos Educacionais”.		
3ª	<b>Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).</b>			15
4ª	<b>Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.</b>			02
5ª	<b>Tecnologias digitais utilizadas</b>	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	<a href="https://wordart.com/">https://wordart.com/</a>	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

**RESULTADOS**

**Quadro 2** – Total de documentos disponíveis nas Plataforma BVS e Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Direitos Educacionais AND Educação inclusiva	BVS	230	98	05
	Scielo	327	25	06
	Periódicos Capes	117	46	04
	<b>TOTAL</b>	674	149	15

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 674 artigos científicos relacionados a pesquisa, com a utilização de filtros 169 artigos científicos continuaram atendendo os critérios de inclusão, e destes foram

realizados 15 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

**Quadro 3** - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Alexandre Sidnei Guimarães	Educação especial: do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência” à educação dos portadores de necessidades especiais	2015	Conclui-se que os progressos, em especial no campo conceitual, na área da educação especial foram imensos nas últimas duas décadas, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tendo-se partido da vaga definição de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”, passou-se ao de “modalidade da educação escolar para educandos portadores de necessidades especiais”, até se chegar à quase perfeita concepção.
2	Janine Praça Araujo e Andréia Schmidt	A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba	2017	De modo geral, os dados apresentados mostram que a grande maioria das empresas entrevistadas não consegue cumprir a Lei de Cotas, ainda que, predominantemente, afirmem que contratam PNE's exatamente por causa da pressão da referida Lei. Para a maioria

				das empresas o grande empecilho à contratação de PNE's é a escolarização, já que a exigência mínima declarada pelas empresas participantes foi de Ensino Fundamental completo. Sobre isso, é importante considerar que o ingresso no mercado de trabalho é apenas um aspecto da inclusão, talvez o elo final de uma cadeia muito mais complexa.
3	Renata Vaz Pacheco e Fabiane Adela Tonetto	O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria	2011	Observamos que no que se refere aos conceitos de inclusão e de necessidades educacionais especiais, mesmo que alguns coordenadores já possuam esclarecimentos e idéias claras sobre estes assuntos, para muitos ainda é desconhecido o que realmente é o processo inclusivo e o que são pessoas com necessidades educacionais especiais.
4	Hélvio Feliciano Moreira; Luciano Rhinow Michels e Nelson Colossi	Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior	2018	A política educacional brasileira atravessa constantes conflitos em que calorosos debates surgem. Entretanto, no que concerne à educação de pessoas portadoras de deficiência, incluídas no ensino superior, há muito que ser discutido e amadurecido.
5	Rosana Glat e Edicléa Mascarenhas Fernandes	Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira	2019	No que tange à produção de conhecimento, na última década tem sido acumulado um significativo acervo de pesquisas no Brasil, que oferecem dados importantes sobre o processo de inclusão e as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro para sua implementação.
6	Marcos José da Silveira e Mazzotta Maria Eloísa Famá D'Antino	Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer	2019	Situações inclusivas, voltadas para a Cultura, a Educação, o Lazer e demais setores sociais, contemplando a diversidade da condição humana, são construídas no dia a dia das relações interpessoais, sociais e políticas e tendem a reduzir os perversos efeitos das situações discriminatórias, preconceituosas, excludentes a que qualquer pessoa, com deficiência ou não, está exposta na vida social.
7	Eduardo Natali Della Valentina ;	Os Direitos de Educação de Qualidade das Pessoas com	2018	A educação é qualificada e norteada por diversas leis, resoluções, convenções e

	João Fernando Brinkmann dos Santosb e Julia Alejandra Pezukbc	necessidades Educacionais Especiais na Perspectiva Inclusiva		declarações, garantindo igualdade dentro da diversidade a todo ser humano. Assim, destacando o objetivo neste trabalho, a discussão acerca da educação com qualidade frente às leis, decretos e convenções constitui um direito real e que deve ser ofertado.
8	Solange Menin Rogalski	Histórico do surgimento da educação especial	2012	Através da pesquisa foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas
9	Márcia Denise Pletsch	A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010)	2018	Diante do exposto, talvez esteja na hora de mudarmos o foco do debate, tão centrado nas políticas de educação inclusiva, para políticas que garantam, de fato e de direito, o acesso de todos os alunos com e sem deficiências à aprendizagem escolar.
10	Diléia Aparecida Martins; Lúcia Pereira Leite e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais	2020	As políticas públicas para o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro vêm sofrendo ao longo dos últimos dez anos um processo de adequação ao pleito mundial. Os organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), suscitam a ampliação do investimento em educação, no sentido de favorecer o acesso de grupos socialmente desfavorecidos ao ensino público.
11	Eduardo Natali Della Valentina a; João Fernando Brinkmann dos Santosb e Julia Alejandra Pezukbc	Os Direitos de Educação de Qualidade das Pessoas com necessidades Educacionais Especiais na Perspectiva Inclusiva	2018	A educação é qualificada e norteada por diversas leis, resoluções, convenções e declarações, garantindo igualdade dentro da diversidade a todo ser humano. Assim, destacando o objetivo neste trabalho, a discussão acerca da educação com qualidade frente às leis, decretos e convenções constitui um direito real e que deve ser ofertado.
12	João Gabriel Yaegashi; Michele Nader;	A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais:	2020	O direito à educação é um direito constitucional (art. 205, CF 1988), sendo a educação especial também garantida neste

	Solange Franci Raimundo Yaegashi e Tayene Elize Mação	contextualização histórica		dispositivo (art. 208, inc. III, CF 1988). É dever do estado garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos deste país, não adjetivando seus destinatários. Segundo Mantoan (2003, p.22), “[...] toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”.
13	Adriana Marques dos Santos Laia e Franco Gabriel Eduardo Schutz	Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	2020	A luta por igualdade e pelos direitos das pessoas com deficiência não é recente e se insere em um processo de reconhecimento e legitimação. Nesse processo de reconstrução do sistema escolar, têm-se, igualmente, ganhos para os alunos fora de situação de deficiência, e seus familiares, pela elucidação das questões desconhecidas, que lhes permitirá ter um olhar esclarecido e não preconceituoso sobre as diferenças, assim como ter um convívio mais amplo e completo na sociedade.
14	Marilene Rosa da Silva; Maria Eliana Lopes de Souza e Vinicius Souza de Almeida	Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: desafios e perspectivas	2021	Elaborada por uma equipe de educadores que privilegia a educação como o principal alicerce da vida social, este trabalho mostrou que a realidade não condiz com a teoria, uma vez que na teoria temos conceitos e propostas inovadoras, mas na prática a escola não apresenta as condições de desenvolvimento desse trabalho devido ao despreparo de seus profissionais
15	Marcia Denise Pletsch e Flávia Faissal de Souza	Educação comum ou especial? análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras	2021	No entanto, contrário a essa ideia, para iniciar os seus argumentos, usa-se o lema internacional da luta das pessoas com deficiências: “Nada sobre nós sem nós”. A ideia de que a educação bilíngue é uma modalidade educacional não está de acordo com a LDBEN/1996, que reconhece a Educação Especial como modalidade, a qual abarcaria a educação bilíngue.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos Capes, 2021.



**Tabela 1** - Frequência das palavras (Plataforma *WorArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
PPNEs	7	Políticas públicas educacionais voltadas para educação inclusiva
Direito	6	
Aprendizagem	5	
Diversidade	4	
Educadores	4	
Especial	3	
Deficiência	3	
Sociedade	2	
Preconceito	2	Direitos educacionais para PPNE
Educação	1	
Políticas	1	
Públicas	1	
Alunos	1	
Implementação	1	

Fonte: Elaborada pelo autor.

## DISCUSSÕES

### 1 A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA FRENTE O DEVER DO ESTADO

Em particular, se analisarmos o direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988, podemos ver que o artigo 6º da constituição determina que a educação é um direito social e inclui outros direitos como saúde, segurança, moradia, trabalho, lazer, previdência social, assistência a moradores de rua, proteção à criança, na forma desta constituição. (SILVA, 2018).

Não somente pela Constituição de 1988 o direito à educação é regulamentado e complementado, mas também é fortalecido por mais duas leis: a Lei da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Juntos, esses mecanismos

abriram as portas da educação básica universal para todos os brasileiros, onde nenhuma criança, adolescente ou adulto pode aprender por falta de vagas. (SILVA, 2018).

O artigo 206.º reforça o caráter abrangente da Constituição, que interpreta a educação como um direito de todos, e afirma a necessidade de igualdade de condições de acesso, complementado pelo artigo 208.º, que representa o dever do estado em garantir a educação (PRUDENTE, 2020).

Portanto, o direito das pessoas com deficiência à educação é um direito constitucional e o acesso ao sistema nacional de educação deve ser garantido. É importante implementar políticas públicas destinadas a fornecer recursos adequados para a efetivação dessa garantia. Portanto, a inclusão individual e os resultados na



educação devem respeitar a individualidade. (MORAES, 2018).

De acordo com as normas constitucionais, o Estado deve dotar-se dos meios necessários à prestação de todos os serviços educativos de acordo com os princípios estabelecidos pela Carta Magna, criando gradualmente condições em que todos estes direitos possam ser exercidos de forma equitativa. (CAMACHO & VIEIRA, 2018, 2020).

Portanto, é imperativo que o Poder Público forneça educação para alunos com deficiência dentro do currículo escolar regular que promova a interação entre todas as pessoas e o respeito pela diversidade. Para tanto, a Constituição permite o atendimento especializado em outras instituições fora da rede pública de ensino por ser um complemento, e não um substituto, do ensino ministrado na rede pública (VIEIRA, 2020).

Ressalte-se que o art. 208 da CF/88 prevê uma modalidade de ensino que determina a obrigatoriedade da educação básica (inciso I) e que não seja ofertada ou seja ministrada de forma intermitente é de responsabilidade dos órgãos competentes. Portanto, cabe ao administrador do Estado tomar providências e responsabilizar-se para que os direitos fundamentais analisados sejam efetivados e punidos pela violação das normas constitucionais (BARCELLOS, 2011)

Ressalte-se que não é importante estabelecer somente os direitos humanos, mas protegê-los, ou seja, as previsões normativas não são suficientes e devem ser implementadas. Os benefícios de condições positivas são, portanto, importantes para determinar políticas nacionais que priorizem a implementação de uma educação adequada para atender às necessidades das pessoas com deficiência (BARBOSA, 2020).

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM RISCO**

Em 2016, presenciamos um golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente. Nesse processo, o ex-vice-presidente Michel Temer assumiu o governo e redefiniu os planos do governo ao apresentar o projeto “Ponte para o Futuro”, que prevê a reestruturação de diversas áreas, em especial a política social. Esse processo deu início à chamada “atualização” da política nacional de educação especial em uma perspectiva integral. No entanto, o processo não avançou devido à baixa popularidade de seu governo e à falta de representatividade política. (MELO; ARAÚJO, 2018).

É preciso levar em consideração que foi no Governo Temer, que a lei nº13.409 foi proposta em 28 de dezembro de 2016, fazendo alterações na lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, onde oferece reserva

gratuita de vagas em Instituições Federais de Ensino, para cursos técnicos de nível médio e superior para Pessoas com Deficiência. Essas mudanças aumentaram o número de pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior no Brasil. Ao mesmo tempo, o próprio governo retirou o Programa Incluir, que era considerado a base para medidas de acessibilidade nas instituições federais. (CABRAL, ORLANDO; MELETTI, 2020).

Acompanhando os acontecimentos políticos, vemos o surgimento de notícias falsas (fake News) e o desenvolvimento de um discurso conservador de direita que contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018.

Durante a pandemia causada pelo novo "coronavírus" (SARS-CoV-2) anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, em seu segundo ano de mandato, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 10.502, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Educação Equitativa, Inclusiva e Continuada. Mais de 200 memorandos de desaprovação e moções criticando o estatuto incluíram pesquisadores, sociedades científicas, associações e familiares de pessoas com deficiência, associações de educadores, membros do Congresso e do Departamento Federal de Serviço Público (ABRASCO, 2020;

AMPID, 2020; ANPED-ABPEE, 2020; Academia Alana, 2020).

Três pontos importantes devem ser mencionados. Em primeiro lugar, a proposta do atual governo de violar os princípios da educação inclusiva no campo dos direitos humanos, preconizando a segregação com o auxílio de escolas especiais, que na maioria das vezes são instituições privadas de caridade em nosso país.

A segunda diz respeito ao papel do Estado como provedor de educação para pessoas com deficiência na medida em que a nova política federal, em consonância com o discurso consumista neoliberal, prioriza as famílias na escolha do tipo de educação a ser oferecida a seus filhos. Elimina a responsabilidade do Estado pela livre escolha dos melhores prestadores de serviços educacionais e, portanto, pela educação de crianças e jovens com deficiência. (SILVA et al., 2020; ALANA, 2020).

A terceira diz respeito ao problema do entendimento conceitual. Como exemplo, a educação inclusiva e a educação especial são apresentadas a partir de diferentes perspectivas educacionais. A nosso ver, a educação especial é uma abordagem educacional transversal com métodos e recursos específicos únicos que trabalham em conjunto com a educação básica e superior para garantir a inclusão e

acessibilidade à educação para pessoas com deficiência. (PEREIRA; PLETSCHE, 2021)

Por outro lado, a educação inclusiva é um paradigma de política pública cujo objetivo é promover o acesso à educação de grupos excluídos de direitos por estarem imersos nos pressupostos dos direitos humanos e por terem vivenciado historicamente um processo de cassação, em escolas e em comunidades com pares iguais em um ambiente moldado pela diversidade. (PLETSCH, 2020).

Chama a atenção também outro aspecto nesse documento que é o acúmulo recente de avanços educacionais, legais e científicos relacionados à escolarização das pessoas com deficiência, ainda que a CAPES e o CNPq reconheçam a educação especial como área de conhecimento, negando todas as evidências científicas apresentadas, onde pessoas com deficiência são diretamente afetadas. Nesse sentido, a proposta defende, de forma abrangente, o acesso a instituições de caridade privadas segregadas, em grande parte baseadas no sistema tutelar (que contraria as orientações políticas do movimento social desde a sua criação e tomada de decisões) e o modelo médico de entendimento da deficiência (MELO; ARAÚJO, 2018).

Pessoas que defenderam o decreto também apontaram que algumas partes da população com deficiência não se beneficiariam da educação oferecida nas

escolas regulares porque requerem programas especiais, como comunicações alternativas entre outros recursos. Esta visão não é apenas discriminatória, mas determinista e até aumenta o potencial sobre as possibilidades da evolução humana. Desde 2012, pesquisamos o processo educacional de crianças com deficiência múltipla não verbal e, atualmente, pesquisamos o aprendizado e o desenvolvimento de crianças com síndrome congênita grave do Zika vírus (SCV). A pesquisa mostrou que as escolas têm um impacto positivo na participação e no desenvolvimento destas crianças. Na medida em que o suporte necessário e o suporte educacional são fornecidos, eles são expressos intersetorialmente, juntamente com o suporte de saúde e social quando necessário. (ROCHA, 2018).

Nesse sentido, um modelo intersetorial que se baseie no modelo social da deficiência e funcionamento humano como referência para o desenvolvimento de crianças com deficiências mais graves (aqueles que, de acordo com a legislação, não se beneficiam da escola regular) deve repensar a função social da escola como uma instituição que amplia as oportunidades de crescimento do aluno por meio do acolhimento da diversidade, proporcionando mais apoio social. Um aspecto importante para o fortalecimento de uma cultura de justiça social, democracia e

direitos humanos que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade civilizada. (DAINEZ; SMOLKA, 2019; PLETSCH; ARAUJO; ROCHA, 2020).

## CONCLUSÕES

As conclusões deste estudo não significam que o tema tenha sido esgotado. Isso ocorre porque a educação inclusiva é um processo de desenvolvimento e depende de muita reflexão e ação para alcançar práticas concretas eficazes para alcançar a educação inclusiva. A educação inclusiva foi dinamizada pela Declaração de Salamanca (1994) e, no Brasil, após a aprovação constitucional de 1988 e aprovação da LDB de 1996, onde a presença de meios de comunicação na escola, organização e materiais didáticos, gestão e financiamentos foram implementados.

A pesquisa permitiu reconhecer que a educação desempenha um papel único e insubstituível, apesar da complexidade das relações humanas. Praticar esse papel vital da educação requer eficiência, qualidade, diálogo, competência e afeto para transformar sonhos em alegrias tangíveis.

Os administradores públicos são responsáveis pela gestão dos recursos financeiros para a implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento educacional adequado a todos

por meio da educação, uma das áreas consideradas prioritárias pela Carta Magna. No entanto, os fundamentos que o Estado usa para renunciar à obrigação de fornecer educação adequada aos alunos com deficiência não podem ser mais importantes do que o direito fundamental à educação.

Conclui-se que o sistema educacional para as pessoas com deficiência sofre com alguns óbices, devido à falta de estrutura física, de apoio técnico e pedagógico nas escolas, o que dificulta a efetivação do postulado de um ensino adequado às peculiaridades desses indivíduos. Tais empecilhos devem ser superados, haja vista que constitui responsabilidade do Estado propiciar o suporte apropriado às singularidades dos alunos com deficiência, de modo a materializar um ambiente escolar receptivo.

Para tanto, é indispensável a atuação da sociedade, exigindo dos gestores públicos condutas baseadas na satisfação das necessidades da coletividade. Essa conjuntura é possível através de instrumentos, como a ação civil pública, o mandado de segurança, o direito de petição e o mandado de injunção.

A educação é instrumento para viabilizar o reconhecimento das potencialidades e habilidades das pessoas com deficiência, combater estereótipos, promover consciência sobre suas

capacidades e possibilitar o exercício de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO. Nota de repúdio ao Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-de-repudio-ao-decreto-no-10-502-de-30-de-setembro-de-2020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial/52894/>. Acesso em: 25 out. 2020.

AMPID-Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos. Nota de repúdio contra o Decreto n. 10.502. 2020. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/nota-publica-de-repudio-ao-decreto-no-10-502-2020/>. Acesso em: 25 out. 2020.

ANPED-ABPEE. Repúdio sobre o Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/anped-e-abpee-denunciam-retrocessos-em-nova-politica-de-educacao-especial-lancada-pelo-governo>. Acesso em: 25 out. 2020.

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). Educação e inclusão: entendimento, proposições e

práticas. Blumenau: Edifurb, 2020. p. 181-202.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana. – 3ª ed. revista e atualizada. – Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

CABRAL, V. N.; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236105412>

CAMACHO, R. S. (2018). Políticas Públicas no Campo: uma análise do Relatório da II PNERA (1998-2011). In F. Coelho, & R. S. Camacho. (Orgs.). O Campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Questão Agrária e Reforma Agrária – vol. I). (pp. 297-324). Curitiba: CRV.

CAMACHO, R. S., & Vieira, J. M. (2018). Reflexões acerca da educação especial e da educação do campo numa perspectiva inclusiva. Interfaces da Educação, (9), 443-464. <https://doi.org/10.26514/inter.v9i27.3003>

CAMACHO, R. S., & Vieira, J. M. (2020). Um debate acerca de saberes necessários à prática pedagógica na perspectiva da inclusão escolar em escolas do campo nas mesorregiões Centro-Norte e Sudoeste de MS. Brazilian Journal of Development, (6), 3757-3779. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-267>.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. Revista

Educação e Pesquisa, v. 45, p. 1-18, 2019.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945187853>

INSTITUTO ALANA. A inconstitucionalidade do Decreto n. 10.502/2020. Disponível: <https://alana.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. Revista Psicologia Escolar e Educacional, v. esp., p. 57-66, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018046>

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, J. M. M.; PLETSCHE, M. D. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro. Revista Brasileira de Educação, 2021. No prelo.

PLETSCHE, M. D. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula

(2003-2010). Revista Teias, v. 12, n. 24, p. 39-55, jan./abr. 2011.

Prudente, A. B. (2020, 15 de abril). À Educação no campo para a Sustentabilidade, Revista Fórum. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/debates/direito-a-educacao-no-campo-para-asustentabilidade-por-ana-beatriz-prudente/> ROCHA, M. G. S. Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla. 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, v. 35, 2022 – Publicação Contínua – Qualis – A2. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

SILVA, G. F. et al. Educação Especial e diversidades: emergências atuais. Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 25, p. 7-14, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i1.6697>

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

